

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - FAAC
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

JÚLIO CÉSAR PEREIRA DE SOUSA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO: uma análise dos
primeiros 100 dias de gestão**

BAURU
2019

JÚLIO CÉSAR PEREIRA DE SOUSA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO: uma análise dos
primeiros 100 dias de gestão**

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Departamento de Comunicação Social (DCSO), da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP Bauru-SP, para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente.

BAURU
2019

JÚLIO CÉSAR PEREIRA DE SOUSA

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO: uma análise dos primeiros 100 dias de gestão

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Departamento de Comunicação Social (DCSO), da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP Bauru-SP, para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente (orientador)

Prof. Dr. Carlo José Napolitano

Prof. Dr. Célio José Losnak

BAURU
2019

AGRADECIMENTOS

Finalizando esta etapa tão importante da minha vida, preciso agradecer principalmente o meu pai Edvaldo Pereira de Sousa e minha mãe Maria Lúcia de Sousa, que foram, desde sempre, a minha base e o principal motivo para que eu fosse capaz de chegar tão longe. Palavras não são suficientes para agradecer tudo que eles fizeram, e ainda fazem, por mim, mas eu irei utilizá-las sempre que puder para exaltá-los. Um grande OBRIGADO por tudo.

Também agradeço aos meus irmãos Rafael, Aline e Alex por tudo que pude compartilhar durante a graduação, e ainda posso na vida. Obrigado por sempre estarem presentes e confiarem no meu potencial, isso me dá forças para seguir. Espero retribuir ao menos um pouco do que vocês representam na minha vida.

Ao colégio Marista Diocesano e à Escola Aurélio Luiz da Costa, de Uberaba, agradeço o privilégio de ter feito parte destes meios. Os conceitos que carrego hoje, como pessoa e estudante, são partes de um aprendizado excepcional, proporcionado por estas duas instituições de ensino, e também pela pré-escola, em Catalão-GO, onde dei os primeiros passos na leitura tão cedo.

Para a Unesp não faltam elogios, foi aqui que amadureci, em conjunto com a mudança de cidade, e fui capaz de desenvolver habilidades que nunca imaginei, mas que hoje carrego com o maior orgulho do mundo. A Unesp é incrível, obrigado por ter me escolhido e por ter me dado a oportunidade de ter esta banca examinadora excelente, com a qual eu ainda tenho muito o que aprender.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, agradeço pela extensa contribuição acadêmica. Obrigado, professor, pelo privilégio de ser seu orientando e por me fazer amar, ainda mais, a profissão que escolhi seguir.

A todos os meus amigos, espalhados por Uberaba, Bauru e todo o Brasil (que só não os citarei por questão de espaço), obrigado pelo companheirismo e por acreditarem em mim, sou muito privilegiado de tê-los em minha vida.

Por último, e essencial, obrigado, Deus. Nada disso seria possível sem a Sua força, obrigado por me privilegiar tanto. Sei que o Senhor sempre escreve o certo por linhas CERTAS, mas a minha imperfeição humana nem sempre é capaz de compreender Seus motivos, mas hoje entendo um pouco mais deste propósito.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo os resultados obtidos pela política externa do governo Bolsonaro durante os primeiros 100 dias de governo. As últimas eleições brasileiras para a presidência foram marcadas por um intenso embate ideológico entre os candidatos, e o resultado trouxe uma promessa de alteração significativa na forma de governar o país. As relações internacionais foram escolhidas como ponto de partida por conta do pouco destaque dado a este quesito, tanto nos planos de governo quanto nas discussões gerais, mesmo tendo importância significativa na política de um país, principalmente em um momento de facilidade nas conexões com outros países. Sob a análise de Magnoli (2013) e Vidigal et al. (2015), é abordado o conceito de relações internacionais e sua aplicação prática na política brasileira ao longo da história. São levadas em consideração as propostas dos governos anteriores, para que se tenha uma base comparativa da forma de governar o Brasil. Também é analisada a proposta de mudança no Ministério das Relações Exteriores, pregada por Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial, estabelecendo a hipótese da criação de um ponto de inflexão na forma do Brasil se relacionar internacionalmente. Com os resultados da pesquisa, é possível concluir que há indícios de uma nova política externa no Brasil, com a aplicação de conceitos que, em certa medida, já foram adotados no passado, como a aproximação com países por viés ideológico, e a justificativa de se combater as relações com nações que adotam a visão política de esquerda. Mas, ainda assim, houve poucas inflexões nas relações econômicas com outros países. Apesar de pregar uma política neutra, os primeiros 100 dias de Bolsonaro foram marcados por práticas ideológicas conservadoras, criando um aparelhamento ideológico nos cargos distribuídos em seu governo, com destaque para o Itamaraty. Os recuos do governo e a insatisfação da oposição também foram essenciais para entender o cenário apresentado, visto que, por ser um país em desenvolvimento, o Brasil precisa de apoios distintos, tanto interna como externamente, em busca do crescimento em âmbito internacional.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Política externa. Bolsonaro. Comunicação. Governo.

ABSTRACT

The present work has as object of study the results obtained by Bolsonaro government foreign policy during the first 100 days of government. The last Brazilian elections, to the presidency, were marked by an intense ideological clash between the candidates, and the result brought a promise of significant change in the way of governing the country. International relations were chosen as a starting point because of the lack of emphasis on this issue, both in government plans and in general discussions, even though significant in a country's politics, especially at a time of ease in connections with other countries. Under the analysis of Magnoli (2013) and Vidigal et al. (2015), is approached the concept of international relations and its practical application in Brazilian politics throughout history. The proposals of previous governments are taken into consideration, so as to have a comparative basis of the way of governing Brazil. It is also analyzed the proposal of change in the Ministry of Foreign Affairs, preached by Jair Bolsonaro during the presidential campaign, establishing the hypothesis of the creation of an inflection point in the way Brazil relates internationally. With the results of the research, it is possible to conclude that there is evidence of a new foreign policy in Brazil, and the application of concepts that, to a certain extent, have already been adopted in the past, such as the approach to countries by ideological bias, and the justification for combating relations with nations that adopt the left-wing political vision. But still, there were few inflections in economic relations with other countries. Despite preaching a neutral policy, Bolsonaro's first 100 days were marked by conservative ideological practices, creating an ideological rigging in the positions distributed under his government, highlighting the Itamaraty. The government's setbacks and opposition dissatisfaction were also essential to understand the scenario presented, since, as a developing country, Brazil needs distinct support, both internally and externally, in pursuit of international growth.

Keywords: International Relations. Foreign policy. Bolsonaro. Communication. Government.

LISTA DE ABREVIATURAS

MRE - Ministério das Relações Exteriores

FMI - Fundo Monetário Internacional

EUA - Estados Unidos da América

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

DNC - Departamento Nacional do Café

ONU - Organização das Nações Unidas

PEI - Política Externa Independente

TNP - Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul (bloco econômico)

FHC - Fernando Henrique Cardoso

BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China (bloco econômico)

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (bloco econômico)

IDE - Índice de Investimento Direto Estrangeiro

FFAA - Forças Armadas

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

OIT - Organização Internacional do Trabalho

IBAS - Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUS - Sistema Único de Saúde

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

PIB - Produto Interno Bruto

APEX - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não-Governamental

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

CNA - Conferência da Agricultura e Pecuária do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O CONCEITO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	14
1.1. O sistema de Estados e as Relações Internacionais.....	15
1.2. O estudo das Relações Internacionais.....	18
1.3. A trajetória das Relações Internacionais no Brasil.....	24
2. A POLÍTICA EXTERNA NOS PLANOS DE GOVERNO.....	37
2.1. Um Brasil para todos (2002).....	39
2.2. Coligação A força do povo (2006).....	42
2.3. 13 compromissos de Dilma Rousseff (2010).....	45
2.4. Mais mudanças, mais futuro (2014).....	48
2.5. Uma ponte para o futuro (2016).....	50
2.6. O caminho da prosperidade (2018).....	52
3. A POLÍTICA EXTERNA NOS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNO.....	56
3.1. Agenda para os 100 dias de governo.....	56
3.2. Execução do plano de 100 dias na política externa.....	58
3.2.1. O discurso de posse do ministro Ernesto Araújo.....	58
3.2.2. As primeiras viagens internacionais de Bolsonaro como chefe de Estado.....	62
3.3. Balanço da política externa nos primeiros 100 dias de governo.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	78
POSFÁCIO.....	82

INTRODUÇÃO

A ideia de produzir uma monografia, com este tema, surgiu durante uma reflexão no sexto semestre da graduação, na disciplina de Realidade Socioeconômica e Política Brasileira, ministrada pelo professor Maximiliano Martin Vicente. Em um momento de evidente divisão ideológica no Brasil, por conta do período de eleições presidenciais, pude notar que a política externa brasileira, apesar de influenciar diretamente o desenvolvimento do país, era pouco explorada se comparada a outros temas propostos nos planos de governo dos candidatos.

Uma das minhas principais suspeitas era de que, por ser uma área com a maioria dos seus efeitos produzidos a longo prazo, as relações internacionais não eram pautas consideradas populistas, e acabavam ficando de lado em um momento de importantes discussões, enquanto medidas de efeito imediato foram apresentadas inúmeras vezes.

Ao final da disciplina, já com o resultado das eleições presidenciais, tive a oportunidade de produzir um breve relatório sobre o que esperar da política externa do governo Bolsonaro. Neste momento, pude perceber que o relatório exigia muitas informações, mas o tamanho do documento não me dava abertura para aprofundar os detalhes. A partir daí surgiu a ideia de produzir o Trabalho de Conclusão de Curso voltado para este tema, entendendo que as relações internacionais são um importante aspecto da política de um país. Como futuro profissional da comunicação, entendo que uma informação de interesse público deve ser divulgada para que seja exercido o papel do jornalista na sociedade, de apresentar os fatos e fazer com que o espectador possa compreender e desenvolver um raciocínio crítico diante do tema abordado.

Esta monografia tem como objeto de estudo a política externa desenvolvida pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, e sua equipe de governo, durante os primeiros 100 dias de mandato, com início em 1º de janeiro de 2019 e encerrado no dia 10 de abril de 2019. A política externa, trabalhada principalmente no Ministério

das Relações Exteriores (MRE), é uma parte de destaque no governo, que determina as relações do Brasil com outros países, seja através do comércio, da política ou de laços de amizade, por exemplo. O objetivo do trabalho é identificar a forma de se produzir as relações internacionais no governo Bolsonaro, já que, enquanto candidato, foi apresentado um plano que seguia ideais contrários àqueles propostos por administrações anteriores, com destaque para as intensas críticas feitas aos governos petistas.

O trabalho segue uma ordem cronológica dos eventos, abordando, inicialmente, o conceito de relações internacionais, passando por um breve histórico desta forma de se fazer política e seu desenvolvimento como disciplina acadêmica (MAGNOLI, 2013), e abordando a execução de uma política externa no Brasil desde o período de independência, em 1822, até os dias atuais (VIDIGAL et al. 2015). O primeiro capítulo contextualiza todo este histórico, destacando a importância das relações internacionais para o desenvolvimento do mundo como um todo, facilitando as relações entre líderes de governo e exercendo papel fundamental na resolução dos conflitos mundiais, através do discurso diplomático e das negociações entre Estados.

Durante grande parte da história brasileira, o país adotou uma política externa baseada nas boas relações com outros Estados, através do princípio de não-intervenção em assuntos estrangeiros e do estabelecimento de relações amistosas com diferentes países. Por vezes, o Brasil confundiu o seu papel no cenário internacional, como após a segunda grande guerra, onde acabou sendo prejudicado neste meio, quando buscava um lugar de destaque na Liga das Nações, e acabou tendo o seu desejo negado, já que não passava de um país em desenvolvimento.

Finalizando a compreensão do conceito, e breve histórico das relações internacionais, o segundo capítulo traz uma análise dos planos de governo dos presidentes eleitos desde 2002, destacando, exclusivamente, os pontos referentes às propostas para a política externa brasileira. Existem dois motivos para que a análise se baseie nos presidentes a partir do ano referido. O primeiro ponto é que,

os governos eleitos a partir deste ano, todos petistas, foram os mais atacados por Jair Bolsonaro durante a sua campanha, por ser de um partido político ideologicamente contrário e por condenar o longo período de estabelecimento petista no poder, até o ano de 2016.

O segundo motivo é que, assim como no ano de 2018, as eleições de 2002 representaram um marco na mudança da forma de se governar o país. Sucessor de Fernando Henrique Cardoso, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva adotou medidas políticas consideradas populistas e com a promessa de desenvolver o país de forma que a nação se tornaria uma grande potência mundial. Após este período, Lula foi reeleito e ainda apoiou a primeira presidente mulher da história da democracia brasileira: Dilma Vana Rousseff. O governo Dilma, eleito com a proposta de dar continuidade ao anterior, trabalhou com os ideais de desenvolvimento propostos por Lula, mas sofreu com baixas que ocasionaram o seu impeachment, deixando a presidência da república a cargo do seu vice Michel Temer.

Com um país visto de forma negativa no mercado internacional, Temer produziu um documento com as ideias propostas para concluir o restante do mandato, resolvendo, até onde fosse possível, as principais dificuldades enfrentadas pelo país como, por exemplo, a falta de confiança do mercado internacional. O problema é que, por se tratar de um governo provisório, e com um índice de aprovação muito baixo, Temer não possuía apoio para executar uma política externa favorável, o que provocou o afastamento de alguns chefes de Estado, que temiam o comprometimento com um governo que, por não ter sido diretamente eleito, poderia ter suas medidas questionadas futuramente.

O plano de Bolsonaro surgiu como uma alternativa, conservadora e polêmica, de fazer com que os problemas brasileiros fossem resolvidos de forma que o cidadão pudesse voltar a amar a sua pátria. Dividindo opiniões, o presidente eleito produziu um material que se destacou como a salvação do país diante de um colapso político. Bolsonaro, ao assumir o governo, manteve o discurso em muitos aspectos, mas suavizou em outros entendendo que, na prática, assumir uma briga

com a China, por exemplo, que é o maior destino das exportações brasileiras, poderia afetar a economia de forma quase irreversível.

O terceiro e último capítulo apresenta o presidente eleito Jair Bolsonaro e o desenvolvimento da sua política externa nos primeiros 100 dias de governo, além de abordar os fatos relevantes discutidos na mídia e os destaques feitos, pela sua oposição. Por entender que este período é relativamente curto, e apenas uma prévia do que será adotado pelo governo durante todo o mandato, o desenvolvimento da política externa dos governos anteriores não foi analisado, já que não há tempo suficiente, de mandato do governo Bolsonaro, para se fazer um comparativo entre estes aspectos.

Um dos principais objetivos da monografia é definir se há um ponto de inflexão na forma de se executar a política externa brasileira. Para isso, foram adotados todos os critérios, comparativos e de análise, citados anteriormente. A análise versa sobre a política que foi prometida, em campanha, e o que foi colocado em prática de fato.

Para definir o tom jornalístico do trabalho, foram analisadas notícias veiculadas por alguns portais de notícias brasileiros, entendendo que a visão crítica dos veículos é importante para o compreensão deste cenário. Dessa forma, não somente os documentos oficiais possuem espaço para análise, mas também os profissionais que, em certa medida, transformam uma informação, considerada complexa, em interesse público. O trabalho, em linhas gerais, segue o mesmo conceito jornalístico, de informar a sociedade de forma simples e objetiva, deixando de lado os termos técnicos e restritos aos profissionais das relações internacionais.

Ao longo do trabalho é discutida a importância de se desenvolver o diálogo sobre as relações internacionais dentro do espectro político. Por vezes, este não é um tópico de destaque dos governos, talvez por não ser algo que traga resultados concretos de forma ágil e, conseqüentemente, não tragam apoiadores para o governo tal qual as políticas assistencialistas, por exemplo. Mas os resultados, produzidos neste meio, são consideravelmente relevantes, influenciando o mercado,

a economia e até mesmo a cultura de um povo, interferindo nas questões de migração e entrada de empresas estrangeiras no país, por exemplo.

1. O CONCEITO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para abordar este tema é preciso, primeiramente, entender o conceito de Relações Internacionais. O jornalista, e sociólogo, brasileiro Demétrio Magnoli (2013) entende que este conceito deve ser exposto como uma junção de narrativas históricas, acreditando que o comportamento dos Estados não deve ser compreendido por fatores e variáveis atemporais, o que é comumente conhecido como a “teoria dos jogos”, onde a mente humana partiria para a melhor solução dentro do esperado apenas para aquele momento.

E, se tratando de história, as Relações Internacionais são identificadas desde a Grécia Antiga, onde algumas pessoas eram enviadas para diferentes Cidades-Estado com o objetivo de entregar mensagens, trocar oferendas ou sustentar o ponto de vista do seu povo para um governante de outro local. Hoje, este papel é semelhante ao de um embaixador.

Atualmente é importante destacar o papel das relações internacionais, e do próprio diplomata, em um mundo tão globalizado quanto o atual, uma vez que, para entrar em contato com diferentes realidades, culturas e economias, por exemplo, o representante deve estar ciente da existência de uma sociedade internacional e integrativa, entendendo que o papel do diplomata é o de “defesa do interesse nacional na arena internacional” (MAGNOLI, 2013), respeitando sempre a cultura a qual estará sujeito em determinada negociação.

O profissional das Relações Internacionais precisa ter a consciência de que sua função é de mediação e persuasão. Hedley Bull (Apud, MAGNOLI, 2013) destacou algumas funções essenciais para o exercício da atividade diplomática, podendo ser destaque o papel de facilitar o diálogo entre líderes políticos, negociar acordos entre Estados sem qualquer tipo de imposição, seja ela religiosa, ideológica ou de outra esfera, reunir informações sobre outros governos, Estados e instituições, mas com cautela para que tal fator não se configure como espionagem, e minimizar

as tensões no relacionamento com outros Estados, fazendo com que as negociações e projetos passem de forma amigável entre países, independente do seu aparelhamento. Magnoli (2013) destaca a importância desse papel quando diz que “A política externa é a arte da tradução do interesse nacional nas linguagens da estratégia e da tática”.

E, com relação ao corpo diplomático, ao longo dos anos houve mudanças bruscas nos critérios de escolha dos integrantes. Antes da segunda metade do século XIX, o corpo diplomático era escolhido nas elites que existiam nas cortes e governos, levando em consideração, principalmente, os laços pessoais e familiares. Nos Estados Unidos, essa realidade mudou com o Rogers Act de 1924, uma legislação que unificou os serviços consular e diplomáticos, baseando-se no mérito, facilitando assim o processo de autonomia das chancelarias com relação às disputas partidárias do país, e tornando o diplomata um funcionário a serviço do Estado Nacional, e não de integrantes políticos específicos.

No Brasil, a ruptura com o recrutamento pessoal e elitista dos diplomatas começou a acontecer em 1918, com o primeiro concurso público do Itamaraty, esse período de mudança na carreira diplomática brasileira ficou conhecido como burocrático-racional (MAGNOLI, 2013). Houve ainda um período de reformas e unificação do serviço diplomático, que aconteceram nos governos de Mello Franco (1931) e Osvaldo Aranha (1938). Em seguida, surgiu a necessidade da criação de um curso para a formação de diplomatas, com o objetivo de aparelhar os ideais do profissional com o Estado, por exemplo. E assim, em 1945, foi criado o Instituto Rio Branco.

1.1. O sistema de Estados e as Relações Internacionais

O conceito de Estado está diretamente ligado com as relações internacionais que regem um país, uma vez que as teorias políticas surgiram como necessidade de organização desses territórios. Maquiavel, influenciado pela divisão italiana, surge como um dos principais pilares do absolutismo. O Estado é apresentado como uma

significação da evolução do homem, sendo incumbido de defender a sociedade integrante deste regime. Já o conceito de Estado-nação surgiu através da queda do absolutismo, que abriu espaço para a criação do liberalismo, onde o poder divino perdeu espaço para o consenso popular, e foi possível entender a distinção entre os conceitos de público e privado, ou seja, a diferença entre o poder e o pertencer.

John Locke (1681) acreditava que a instituição da sociedade política era um fator favorável para evitar o caos em uma comunidade. Já Montesquieu acreditava na democracia para o fortalecimento da virtude cívica, influenciando inclusive na ideia de separação dos poderes de um Estado, criando uma espécie de “alicerce da liberdade” e influenciando Estados, como o Brasil, a dividirem seus poderes de acordo com a execução, criação e manutenção das leis.

O livro “A arte da guerra” (BUENO, 2011) é o tratado chinês mais antigo que se conhece sobre a guerra. Nele, o autor destaca o posicionamento de líderes e chefes de Estado em um momento de conflito com outros Estados. Apesar de não ser recente, o livro traz ensinamentos aplicáveis até os dias atuais, como por exemplo a ideia de que uma boa diplomacia se faz, principalmente, com coesão política, ou seja, a harmonia entre os povos e seus governantes, e essa coesão depende de diversos fatores, inclusive a legitimidade de poder. O governo de um regime ditatorial, por exemplo, dificilmente consegue espaço político para negociar com democracias, uma vez que seus ideais estão muito distantes, principalmente no que se refere à forma de tratamento da sociedade e a sucessão de poder. Em muitos casos, tal fator faz com que haja grandes chances de um conflito, seja para a demonstração de poder entre as nações, ou para restabelecimento da ordem, como é possível destacar em nações como a Venezuela, governada por Nicolás Maduro, e seus conflitos com os Estados Unidos do governo Trump.

Magnoli (2013) destaca que uma guerra é mais improvável de acontecer entre Estados do mesmo tipo, ou seja, duas democracias dificilmente entrarão em conflito já que, de acordo com seus ideais, a união e a diplomacia são os melhores caminhos a se seguir. Apesar de improvável, as questões diplomáticas podem ser muito instáveis e, nesses casos, nações com diferentes ideologias se unem em prol

de uma questão maior, como aconteceu com os Estados Unidos e a URSS contra a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Mas, como já se esperava, essa união durou apenas até o fim do conflito, fazendo com que, solucionado este tema, as duas nações entrassem em um combate indireto que durou até o fim da URSS em 1991, corroborando com a ideia anterior sobre a aliança entre países não-aparelhados.

Voltando ao tema do poder, sempre há o questionamento sobre a sua legitimidade e como ela é dada, o que acontece de formas diferentes de acordo com o regime de governo adotado. O principal questionamento acerca da democracia, por exemplo, é sobre a quem se refere “o povo”. Na Atenas antiga, o povo eram os homens adultos, com exceção dos estrangeiros, escravos e mulheres. Nas cidades italianas da Baixa Idade Média, o eleitorado (ou o povo) era apenas 5% da população total, o que faz com que a democracia, ou “governo do povo”, tenha os seus métodos questionados na questão da representatividade.

Em grande parte das sociedades, a mulher pôde exercer o seu direito à democracia apenas a partir do século XX, variando de acordo com a região de origem e, em alguns casos, tendo direitos restringidos até os dias atuais.

Magnoli (2013) entende que o voto apenas para uma parcela da população acontece em Estados com um regime híbrido entre o Fórum e a Aristocracia. O Fórum é conhecido por ser um regime baseado na persuasão, onde os políticos pretendem convencer o eleitor de que são a melhor opção para um determinado local em um período de tempo específico. Já a Aristocracia é entendida como o poder da nobreza sendo exercido coletivamente, onde o monarca tem seus poderes limitados por uma assembleia. Portanto, é possível entender que esta é a dinâmica de uma democracia, onde a escolha de uma parcela da sociedade define a representação para todo o povo e, apesar de ter seus métodos e formas de aplicação questionados, ainda é considerado um dos melhores regimes para se viver em sociedade no século XXI.

Mas, apesar de ser um modelo atual e bem visto, a democracia não é a única forma vigente na sociedade como um todo. A igreja, por exemplo, também é considerada como um regime de poder, liderado pela elite eclesiástica. O Vaticano é um exemplo de Estado liderado por este regime, já que o papa exerce a posição de líder religioso e chefe de Estado.

Já no mundo islâmico, a Arábia Saudita pode ser considerada como um híbrido entre os regimes de Igreja e Palácio. O regime de Palácio é conhecido como aquele que possui a “concentração de poder nas mãos de um líder” (MAGNOLI, 2013, p. 38), como acontece com o príncipe saudita.

1.2. O estudo das Relações Internacionais

Apenas no século XX a disciplina de Relações Internacionais ganhou o meio acadêmico, mas já na Revolução Industrial era entendida a importância do seu estudo para a sociedade. Os agentes políticos começaram a entender, nessa época, a importância da compreensão na análise dos Estados e a preocupação com a integração da economia no cenário mundial, uma vez que esta integração é importante para o bom funcionamento das relações comerciais e políticas entre diferentes países.

Mas, no que se refere ao objeto de estudo das Relações Internacionais, não há um certo consenso entre os autores, variando de acordo com o pensamento e a tradição de estudo de cada um. Magnoli (2013) apresenta essas tradições por meio de três grandes nomes, sendo divididas entre as escolas idealista, realista e radical.

A escola idealista, de acordo com o autor, se origina no pensamento iluminista, com regras, ideias e normas que sustentam o sistema de Estados. Essa escola defende a ideia de um sistema internacional que seja regido por normas criadas através de um “contrato moral”, onde o uso da força é justificado apenas contra instituições que não seguem as regras consensuais já estabelecidas. Mas, apesar de ser regido por este contrato, a autonomia dos Estados deve ser garantida,

respeitando o direito de cada um sobre o seu território e mantendo um sistema internacional de justiça para estabelecer a ordem destas relações.

A escola realista tem como base as linhas de pensamento desenvolvidas por Hobbes e Maquiavel, explorando o potencial de conflito do sistema internacional. Maquiavel destacou a importância da força na prática política, bem como o estabelecimento da legitimidade do poder de um soberano. Já Hobbes é destacado pelo seu pessimismo com relação à natureza humana, defendendo que não há a necessidade de um poder soberano nas Relações internacionais, uma vez que o homem, por ser o seu “próprio lobo”, acaba refletindo, negativamente, na organização do Estado. De acordo com a academia, esta escola surge como reação às políticas de apaziguamento utilizadas no período entre guerras, que, como já se sabe, não tiveram tanto êxito quanto o esperado. Mas, por haver divergências com este pensamento conflitivo, surgiu a corrente neo-realista, que defendia a procura por segurança como última causa na prática e desenvolvimento das relações em políticas internacionais, buscando, primeiramente, as relações amigáveis e de diálogo entre os Estados.

Por fim, a escola radical, com raízes no pensamento de Karl Marx, trata das questões sobre a revolução social. De acordo com esta escola, o Estado surge como um mecanismo de interesse político, econômico e ideológico, onde prevalece a relação de subordinação econômica entre países que estão em diferentes níveis de avanços tecnológicos e industriais, ou seja, os países desenvolvidos exploram aqueles que estão em processo de evolução, impedindo um crescimento igualitário, e mantendo a ordem de poder estabelecida mundialmente entre as potências. Esse tipo de discurso é constantemente reproduzido por aqueles que acusam grandes potências, como os EUA e alguns países da Europa, de manterem uma mentalidade colonialista sobre países emergentes, impedindo o desenvolvimento industrial e econômico, por exemplo, com discursos desiguais.

De forma ampla, pode-se dizer que o idealismo e realismo tiveram um papel fundamental na formação do que se entende hoje por Estado, principalmente através de tratados como o da Westfália (1648), conhecido como uma série de acordos que

colocaram fim à Guerra dos Trinta Anos, e ainda serviu como base para os estudos de Direito Internacional e em Relações Internacionais. Os tratados, também conhecidos como A Paz de Westphalia, trouxeram princípios do que hoje caracteriza o estado moderno, destacando a igualdade jurídica entre os Estados, a soberania, o princípio da não intervenção e a ideia de territorialidade.

O historiador britânico Paul Kennedy entende que este período, após a assinatura dos tratados mencionados, foi de extrema importância para a consolidação destes estudos, mudando inclusive a forma de pensar e agir de acordo com os princípios básicos que regem uma política de aspecto global, relatando que:

O aspecto mais significativo do cenário das grandes potências, depois de 1660, foi o amadurecimento de um sistema realmente multipolar de Estados europeus, cada qual com a tendência cada vez mais acentuada de tomar decisões sobre a guerra e a paz à base dos “interesses nacionais”, e não por motivos transnacionais, religiosos. (MAGNOLI, 2013, p. 47)

Isso aconteceu, principalmente, por conta da mentalidade dos Estados após este período de guerras, uma vez que a Alemanha, por exemplo, que ficou conhecida na época como o campo de batalha da Europa, encontrou-se completamente arruinada após a guerra.

O cenário também foi alterado no que tange às influências religiosas na política dos Estados. A monarquia católica da época fracassou, o que fez com que o panorama europeu fosse alterado com alianças entre a França católica e as potências protestantes, fazendo com que as relações entre Estados pudessem prevalecer diante das religiões. A política inglesa também seguiu essa dinâmica, entendendo que o pragmatismo político era mais rentável que as disputas religiosas.

A escola realista tem um papel fundamental no entendimento destes tratados para as Relações Internacionais, designando-os como a origem do sistema de equilíbrio europeu. Um de seus principais pensadores da época, o francês Cardeal de Richelieu (1688), designou este equilíbrio como a separação entre o pensamento

idealista e realista, referindo-se às relações de poder estabelecidas entre os Estados:

Nas questões de Estado, aquele que detém o poder frequentemente possui o direito, e aquele que é fraco somente com dificuldade é capaz de evitar estar errado na opinião da maioria do mundo (MAGNOLI, 2013, p. 52)

Mas nem todos os Estados seguiam essa base de análise para as Relações Internacionais. A política externa dos Estados Unidos, por exemplo, foi formulada com base em valores morais universais, não levando como base a “política de poder” utilizada na Europa. Guiados pela doutrina do Destino Manifesto (século XIX), os EUA acreditavam na bênção divina para guiar as instituições democráticas, o que, de certa forma, ainda rege alguns conceitos políticos do país.

Magnoli (2013) defende um posicionamento cauteloso dos países para que os estudos das Relações Internacionais possam ser aplicados de forma efetiva na política, argumentando que, para se obter êxito, o interesse nacional deve estar, de forma bem aplicada, ligado aos interesses e valores universais, estabelecendo uma posição de diálogo entre estes aspectos. Sendo assim, as relações internacionais devem “conciliar a abordagem geopolítica, enraizada no interesse nacional, com a linguagem e o estilo dos valores universais” (MAGNOLI, 2013, p. 59).

O estudo das Relações Internacionais também refere-se diretamente a uma análise sobre a economia mundial. Magnoli (2013) comenta sobre o termo “Economia-mundo” para se referir a um fragmento da economia de todo o universo, citando o historiador francês Fernand Braudel (1902-1985), relata a importância da criação desta unidade para o mundo como um todo.

Envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica (MAGNOLI, 2013, p. 63).

Essa sequência econômica de relação entre os Estados fez com que o capitalismo, principal sistema econômico de organização mundial, fosse dividido em três fases, de acordo com a escola radical, para sua melhor compreensão de atuação. Essas fases são o capitalismo comercial, industrial e financeiro.

No capitalismo comercial, a ênfase é dada à circulação de mercadorias, onde as trocas de produtos são o principal meio de relação internacional no aspecto econômico, facilitando a troca entre os Estados vizinhos.

O capitalismo industrial foi marcado por sua influência na produção de mercadorias e destaque sobre o espaço mundial, uma vez que as principais potências desenvolveram seus produtos e exportavam para aqueles que não possuíam mercado qualificado para o desenvolvimento dos mesmos.

A terceira fase é a do capitalismo financeiro, onde houve uma espécie de reorganização das potências. Influenciados pelo período pós-guerra, essa nova fase do capitalismo é conhecida por estar associada aos Estados Unidos financiando a reconstrução dos países destruídos pelas grandes guerras, o que fez com que a dívida dos europeus com a nova potência americana fosse transformada em vantagens, impulsionadas pelo mercado de capitais.

Para estabelecer uma reorganização mundial neste período, foi realizada a conferência de Bretton Woods (1944), onde se criou um sistema de câmbio internacional baseado no dólar, ligando-o diretamente ao ouro, o que refletia o poder de influência dos Estados Unidos cada vez maior sobre a economia mundial, já que o país funcionou como uma espécie de financiador da ordem mundial.

Mas, para evitar um colapso econômico mundial, foram criadas instituições mundiais que facilitam o manejo destes empréstimos e a relação entre os países. Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) se desenvolveram nesta época. Para coordenar e discutir estas políticas de câmbio, organizou-se reuniões entre as principais economias mundiais. Um grupo de países, inicialmente conhecido como G5, formado pelas cinco maiores economias mundiais,

que posteriormente foi chamado de G7, com a inclusão da Itália e do Canadá. Essas políticas não evitam a instabilidade ou oscilação das economias, mas pretende diminuir os riscos de uma guerra comercial ou de medidas protecionistas de um país, por exemplo.

Foi dessa forma que os EUA reorganizaram sua economia e se reestruturaram no cenário internacional, influenciando diretamente na economia-mundo do ocidente após as duas grandes guerras e, com saldo positivo, reestruturou grandes nações (Plano Marshall) envolvidas nos conflitos. Além disso, o país estruturou planos políticos e econômicos, em âmbito mundial, para que esse tipo de problema não se repetisse, e se consolidou como uma potência mundial, aproveitando a oportunidade para estabelecer a sua moeda, o dólar, como o centro das negociações entre os países do mundo. Para manter-se eficiente, o país também organizou sua estrutura interna para o desenvolvimento de empresas com rápida constituição, fornecendo produtos para outros países através da exportação, o que gerou um desenvolvimento maior no comércio internacional.

Esse protagonismo estadunidense nas Relações Internacionais da época, que prevalece até os dias atuais, é justificado pela escola radical como uma preservação das condições gerais da acumulação capitalista, onde a potência de cada época serve como uma espécie de “governo mundial”, criando leis e determinando os passos que as outras nações devem seguir rumo ao desenvolvimento. Essa mentalidade é condenável por alguns, como Marx que definia esse aspecto como “algo que consolida e legaliza a opressão” (MAGNOLI, 2013, p. 73), dificultando o desenvolvimento de nações desfavorecidas economicamente. Mas é inegável que o desenvolvimento de uma mentalidade internacional, através dos estudos das relações entre nações, favoreceu o crescimento dessas potências, com destaque para os EUA, em âmbito mundial, compreendendo o seu papel no mundo e enxergando oportunidades em cenários adversos, uma mentalidade que, como dito anteriormente, serve de base para os estudos das Relações Internacionais até os dias de hoje.

1.3. A trajetória das Relações Internacionais no Brasil

De acordo com Vidigal et al. (2015), o desenvolvimento econômico brasileiro, voltado para o comércio externo, se deu principalmente no período pós-guerra. Mas, antes disso, é possível notar traços marcantes nas relações brasileiras com outros países. Documentos como o Tratado de Comércio e Navegação (1810), assinado entre Portugal e Grã-Bretanha, influenciavam diretamente a política externa brasileira, uma vez que os produtos de origem britânica seriam enviados também para o Brasil com taxas de impostos reduzidas, criando uma aliança entre o território inglês e a então colônia portuguesa.

Mas, já em fase de independência, o Brasil precisou de acordos para o reconhecimento do país como independente de Portugal, o que se deu primeiramente com os americanos, como os EUA, por exemplo. Para Dom Pedro I, era importante o reconhecimento da independência por países da Europa, o que se daria apenas quando Portugal reconhecesse todo o processo, o que ocorreu, oficialmente, em 1822. Já nesta década, mais precisamente no ano de 1827, o Brasil se envolveu em conflitos internacionais com os EUA, quando um navio estadunidense, o Spark, foi preso por uma belonave brasileira, comumente conhecido como navio de guerra. Isso fez com que o Estado norte americano rompesse relações diplomáticas com o Brasil, mas essa crise foi superada em 1828 com a assinatura do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, com validade de 12 anos.

Outras crises, envolvendo o então Brasil independente, também foram registrados nesse período, como o conflito na Cisplatina em 1828, que contou com uma intervenção diplomática da Grã-Bretanha, que tinha interesses nos países envolvidos, e fez com que o Brasil aceitasse a independência da região. Esse problema se deu, principalmente, por conta da lógica geopolítica colonial de dominação sobre estes territórios, e essa visão fez com que o Brasil fosse prejudicado no cenário internacional, refletindo a imagem de D. Pedro I como alguém enfraquecido militarmente, levando-o à abdicação do trono em 1831.

Apesar das questões relatadas acima, o Brasil teve uma política externa enfraquecida na década de 1820, período conhecido como regencial, e isso se deve, principalmente, pelo fato de que o país assinou acordos para o reconhecimento da sua independência que o enfraqueceu.

Este cenário começou a mudar em 1840, com o fim do Período Regencial e antecipação da maioridade de Dom Pedro II, assumindo o cargo de imperador do Brasil e tendo como compromisso a união das elites e melhoria das finanças imperiais. Em 1844 o império brasileiro já dava sinais de uma política externa mais ativa, sendo o primeiro a reconhecer a independência do Paraguai.

O Segundo Reinado também tinha como compromisso reavaliar o posto da Inglaterra como “nação mais favorecida”, mas sem eliminar a sua presença no cenário comercial brasileiro. O objetivo seria estabelecer uma relação mais igualitária entre os países que possuíam relações comerciais com o império. Para manter este compromisso, os tratados de 1820, assinados como premissa para a independência do Brasil, não foram renovados em 1842, e o principal argumento foi a defesa da soberania nacional diante dos ingleses, o que fez com que a arrecadação fiscal do império aumentasse. Sendo assim, o império começou a adotar medidas para a construção da sua autonomia externa, demonstrando que o Estado Monárquico estava se consolidando e tinha recursos institucionais e materiais para manter uma política externa ativa.

Em 1848, com influência do partido conservador no poder brasileiro, houve a adoção da “cautela diplomática”, com o objetivo de buscar autonomia em relação às grandes potências, mas se aliando a elas quando necessário.

Nesta época também se discutia o controle da Amazônia pelo Brasil, o que ia contra os princípios dos adeptos ao liberalismo comercial, e alvo de futuras discussões em âmbito internacional. O país adotou a “diplomacia dos patações” (VIDIGAL et al., 2015), termo usado para definir as relações brasileiras em um período onde o império concedia empréstimos aos seus aliados no Rio da Prata para alcançarem seus objetivos. Com o fim da Guerra do Prata (1852), e derrota da

Argentina liderada por Juan Manuel de Rosas, o cenário político e econômico do Uruguai e do Brasil, os países aliados, era bem discrepante. Essa guerra fez com que o Uruguai se tornasse dependente, econômica e politicamente, do Império brasileiro. Isso fez com que a hegemonia brasileira sobre esta região fosse mantida, mas a instabilidade dos outros países permaneceu.

Neste período de estabilidade política e econômica, o Brasil deu início à construção de ferrovias, implantadas principalmente no Sudeste, que tinham como principal objetivo facilitar o transporte de mercadorias para a exportação. Em 1858 foi inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro D. Pedro II, e em 1860 deu-se o início à construção da ferrovia Jundiaí - Santos, com o objetivo de transportar o café do interior para o porto.

No cenário externo o Brasil declarou-se neutro durante a Guerra de Secessão dos EUA (1861 - 1865), e em 1863 rompeu relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, já que o Brasil foi acusado de pilhamento de carga de um navio inglês naufragado. Mas este fato seria apenas o estopim, já que outras questões, como o fim do tráfico negreiro no Brasil, apresentavam divergências entre os países, fazendo com que sua relação fosse desgastada.

Em 1865 houve a assinatura do tratado de Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai. O objetivo deste tratado era a manutenção de uma relação forte entre estes países, principalmente após os ataques do Paraguai ao território brasileiro no ano anterior. Mas, com o fim da Guerra do Paraguai (1870), uma nova fase da política externa brasileira era concebida. Sendo derrotado pela Tríplice Aliança, o Paraguai ficou estagnado devido à sua baixa produtividade, e com dívidas de guerra aos três países. A Argentina começou a se desentender com o Brasil, e o Império adotou uma política de boa relação com as grandes potências.

Os EUA passaram a ser o maior consumidor do café brasileiro, e D. Pedro II começou a reforçar a imagem brasileira na política externa, sempre causando uma boa impressão, sendo descrito, em 1876, pela imprensa estadunidense, como um “monarca culto, sábio e simpático”. Toda essa relação estabeleceu um grande

avanço de produtividade no setor primário, fazendo com que o Brasil exportasse, em grandes quantidades, produtos como cana de açúcar, café, algodão, borracha e outros produtos primários. Essa prosperidade deu-se, principalmente, por conta da alta demanda europeia por alimentos, o que beneficiou, em grande medida, os países da América do Sul, com destaque para o Brasil, por conta da sua diversidade de plantio, favorecida pela extensão territorial.

Em 1880, como parte da sua nova política externa, o Império brasileiro estabeleceu uma cordialidade diplomática com a Argentina, ou seja, uma relação amistosa com o vizinho, sem conflitos ou desentendimentos como os que ocorriam ao longo dos anos. Essa notícia foi recebida com bons olhos por diversas classes nos dois países, tendo inclusive deixado um registro feito por Machado de Assis, em 1888, em um jornal carioca, o *Gazeta de Notícias*.

Agora, no dia em que os argentinos celebram a sua festa constitucional, lembro-me daqueles tempos, e comparo-os com estes, quando, em vez de soldados que os vão auxiliar a derrocar uma tirania odiosa, mandamos-lhe uma simples comissão de jornalistas, uma embaixada da opinião à opinião; tão confiados somos de que não há já entre nós melhor campo de combate. Oxalá caminhem sempre o Império e a República, de mãos dadas, prósperos e amigos. (ASSIS, 1888, p. 2)

Machado celebra essa nova fase das relações entre Brasil e Argentina, ou Império e República, como descrito, relembando o passado de conflito entre as nações, e comparando-o com o cenário atual, onde apenas são deslocados profissionais políticos ou da informação, em vez de soldados que deveriam ir para a guerra.

Já em 1889 os EUA propuseram um acordo de união aduaneira entre os países da América, criando uma moeda única e estimulando o estreitamento das relações entre estes países. Mas a delegação brasileira foi aconselhada a ter cautela durante as negociações, tendo em vista que o equilíbrio nas relações com outros países, e a liberdade de ação externa, deveria prevalecer e, com este acordo, o

Brasil temia um afastamento das suas relações com os países da Europa, o que poderia ser prejudicial para o comércio.

Com a proclamação da República (1889), a relação entre os presidentes e a política externa brasileira também se alterou. O governo de Floriano Peixoto (1891 - 1894) privilegiou a relação entre EUA e Brasil. Mas, nesta época, a França pretendia estender o território da Guiana até as margens do rio Amazonas, o que fez com que o Barão do Rio Branco movesse esforços para defender a posição de soberania brasileira sobre o território, o que acabou com um acordo favorável para o país.

Seguindo a sua proposta de não-intervenção, o governo brasileiro declarou-se neutro durante a Guerra hispano-americana em 1898, mas falhou quando vendeu dois navios de guerra para os EUA. A justificativa era de que o país precisava melhorar suas contas públicas, mas ainda assim este gesto não foi recebido com bons olhos, visto que a política inicial era outra.

Ainda no cenário de territórios, houve um conflito com a Bolívia, em 1899, sobre a posse do Acre, resolvido, apenas, em 1903. O Barão do Rio Branco, que era representante brasileiro na Alemanha, foi convidado para exercer o cargo de Ministro das Relações Exteriores, cargo que exerceu por dez anos, entre 1902 e 1912.

Um dos principais desafios do século XX, para o Brasil, era defender a soberania brasileira sobre a Amazônia, uma vez que o território sofria ameaças do expansionismo europeu. Para combater este temor, Rio Branco adotou políticas rígidas e novas diretrizes contra esta ameaça, como o reforçamento da política de não-intervenção em assuntos internos de outros países e apoio aos países da América do Sul, tornando-os aliados em caso de uma invasão da Europa na região.

A relação com outros países variava de acordo com os interesses e ideais de seus integrantes. Rio Branco tinha como meta, cumprida posteriormente, a recuperação da autoestima nacional. Para estabelecer estas relações, foi feita uma proposta conhecida como Pacto do ABC, sigla que se refere aos países Argentina, Brasil e Chile, conhecido como um pacto de não-agressão, consulta e arbitragem na resolução de questões internacionais envolvendo seus integrantes. A proposta

surgiu após estes três países atuarem ativamente na resolução de um conflito entre México e EUA, aproximando os mesmos de forma positiva. Mas a Argentina acabou rejeitando o acordo, o que fez com que a proposta não saísse do papel.

Lauro Muller foi sucessor de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, em um momento conturbado para a política internacional, onde o mundo vivia o início da I Guerra Mundial. O ministro declarou, inicialmente, neutralidade neste conflito. Mas, em 1917, com a saída de Muller e entrada de Nilo Peçanha no Itamaraty, o posicionamento sobre a guerra também mudou. A Alemanha foi acusada de afundar navios brasileiros durante a guerra, e este foi o estopim para que o país declarasse guerra, sendo o único país latino americano envolvido no conflito, tendo uma participação simbólica, já que a guerra estava nos seus momentos finais, mas com consequências positivas para a política brasileira.

Após o conflito, e com o apoio dos EUA, o Brasil passou a ser membro provisório do Conselho Deliberativo da Sociedade das Nações, com sede em Genebra. Era um grupo de países que tinham o objetivo de manter a paz mundial, evitando conflitos como a I Guerra. O Brasil também foi um dos 44 fundadores da Liga das Nações, conhecida como o centro decisório das questões internacionais. O problema é que o Brasil adotou uma postura diferente do ideal para esse tipo de relação com outros países. A falta de sintonia nas conferências Pan-Americanas abalou a relação do Brasil, uma vez que o país se considerava superior às outras nações latinas dentro das relações diplomáticas. Por se encontrar nessa posição, o país estava ciente de que conseguiria um lugar permanente no conselho deliberativo da Liga, o que não aconteceu. Dado o cenário insatisfatório, o Brasil foi contra a entrada da Alemanha neste grupo, mas não teve apoio dos outros países americanos. Isolado politicamente graças a essa decisão, o Brasil, governado por Artur Bernardes, se retirou da Liga.

Já na década de 1920, o Brasil adotou uma política de busca por novos mercados, tendo em vista que o país era extremamente dependente da agroexportação. Mas a crise de 1929 limitou a política externa brasileira, servindo como um entrave para o crescimento do país no cenário internacional, assim como

em outros aspectos. O Departamento Nacional do Café (DNC), por exemplo, trabalhou neste período com a compra e queima do produto para evitar a queda dos preços, isso porque a exportação diminuiu drasticamente.

Apesar dos problemas, o setor cafeeiro, com sua política de proteção, foi um dos principais setores que permitiu a superação econômica no comércio internacional. O fim da República Velha, através do Golpe (ou Revolução) de 1930, foi como uma espécie de reação à crise dada no ano anterior, mostrando que a política externa afeta diretamente nas decisões internas. Mas esta revolução não influenciou a política externa de forma significativa, já que a crise atingia o comércio internacional, e não a política interna em si.

Mais à frente, entre 1943 e 1945, houve uma propagação dos ideais democráticos nos governos da América Latina, e também em outras regiões do mundo, favorecendo este tipo de regime. A postura do governo brasileiro em instituições internacionais, como a ONU, seguia a postura de acompanhar as grandes potências, com destaque para os EUA. O problema é que este posicionamento vinha, em muitos aspectos, de forma equivocada, indo contra os próprios interesses do país, como no caso das questões sobre a reparação de guerra e o colonialismo, e na Conferência Mundial sobre Navegação (1947). Vidigal et al. (2015) descrevem este alinhamento com os EUA, até meados de 1953, como um “alinhamento sem recompensa”, já que o Brasil seguia as ideias dessa grande potência, mas sem reconhecimentos significativos que o favorecesse de forma objetiva.

O historiador Gerson Moura também analisou criticamente a posição brasileira no cenário internacional. De acordo com ele, a política externa brasileira, entre 1930 e 1951, pode ser caracterizada como uma política de “discurso grandioso e atuação pífia” (VIDIGAL et al., 2015, p. 68), tendo como principal aspecto a “obediência servil”, referindo-se ao posicionamento do país diante das grandes potências, com destaque para os EUA.

Após a Guerra Fria, o Brasil começou a adotar o ideal de investimento em desenvolvimento, já que o país seguia na exportação de produtos primários, enquanto os EUA insistiam nas questões relativas à segurança, temendo revolta de outros países. Para justificar seu posicionamento, os EUA trabalhavam com a ideia de defesa do hemisfério contra o comunismo, tratando-o como uma ameaça ao desenvolvimento dos países.

Com relação à aliança entre EUA e Brasil, o governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) seguiu a postura de alinhamento em decisões internacionais. Mas os EUA ainda tinham propostas para o Brasil, o país norte-americano queria abertura do setor petrolífero, concessão para a construção de uma base para rastreamento de foguetes em Fernando de Noronha, e tratamento especial na aquisição de areias monazíticas, um material conhecido por ter grandes concentrações de minerais pesados. Mas essas concessões não foram, de fato, a justificativa para uma boa relação entre os países. A alta concentração de capital estadunidense no Brasil promovia uma grande dependência, o que fez com que a política externa brasileira tomasse novos rumos a partir de 1958.

Com a adoção da Política Externa Independente (PEI), a partir da década de 1960, o país adotou uma determinada autonomia nesta área, o que favoreceu a diversificação de laços internacionais, contribuição com a política interna, desenvolvimento econômico e cooperação pela paz mundial. Mas a PEI foi uma política com poucas realizações concretas, e as divergências políticas neste cenário, principalmente no que se refere às promessas não cumpridas, contribuíram, com o aval da Casa Branca, para o golpe de 1964. Os interesses norte-americanos fizeram com que o Itamaraty e o Planalto fossem contidos, diminuindo as divergências entre os países.

Os países sul-americanos tinham ressalvas à política adotada pelo Brasil durante o regime militar. As opiniões contrárias ao regime eram pelo fato de que, de acordo com os críticos ao governo, o Brasil havia se tornado um “EUA do Sul”. Essa afirmação foi confirmada quando o presidente estadunidense Richard Nixon, em

encontro com o presidente brasileiro Médici em 1971, declarou que “Para onde for o Brasil, irá o resto da América Latina”, ignorando a posição independente dos países latinos, e colocando-os como subservientes aos interesses brasileiros.

O Brasil adotou uma política de diplomacia globalista, com a diversificação de acordos internacionais, proposta pelo então diplomata Gibson Barboza, que ficou conhecida mundialmente. E, com relação ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), a posição brasileira foi contrária, sendo entendido como algo injusto e discriminatório, favorecendo potências como os EUA e a URSS, e congelando o poder mundial, prejudicando os países em desenvolvimento.

Em 1981 o Brasil era a oitava economia capitalista do mundo, mas o país vivia um contexto de instabilidade econômica, com sua dívida externa superando os 70 bilhões de dólares nos anos seguintes. A transição para o regime democrático fez com que o Brasil desenvolvesse os primeiros passos para a integração com a Argentina, o que aconteceu em 1986 e, mais tarde, foi favorecida pela criação do Mercado Comum do Sul, ou Mercosul, em 1991. Dessa forma, houve um ganho político nas relações brasileiras com os países sul-americanos, incentivados, principalmente, pelas constantes visitas de João Figueiredo, o último presidente do regime militar, nestas regiões.

O governo de José Sarney, o primeiro após o regime militar, destacou sua atenção para o norte, com a preservação do território brasileiro da floresta amazônica, destacando sua presença em reuniões de cooperação regional e de reafirmação da soberania entre os países que possuíam territórios dentro da floresta.

Um dos principais ganhos das Relações Internacionais, com a instauração do regime democrático brasileiro, foi o estabelecimento do artigo 4º da Constituição Federal de 1988, que estabelece os princípios fundamentais para as Relações Internacionais do país.

Art. 4 - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos;

não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político. (BRASIL, 1988)

O Artigo, além de estabelecer estes dez princípios, destaca a integração do país com os seus vizinhos em diversos aspectos, estabelecendo uma boa relação entre as nações, e desenvolvendo o senso de comunidade.

Art. 4 - Parágrafo único - A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988)

A década de 1990 ficou conhecida como o período de liberalização econômica na América Latina, sustentando um discurso desenvolvimentista e com novas propostas econômicas a serem aplicadas. O que não mudou foi o fato de que o Brasil seguia adotando a sua política de concessões prévias para a obtenção de vantagens no futuro, o que destacava como uma política incerta e, por vezes, insuficiente.

Itamar Franco, presidente substituto de Collor após o impeachment, freou o processo de abertura econômica através das privatizações, mas manteve o rumo do discurso desenvolvimentista, que ficou marcado com a volta do Fusca em 1993. A implementação do Plano Real também foi motivo de elogios no combate à inflação, um mérito dividido com o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O Plano Real foi a principal cartada para que FHC, representante do PSDB, saísse vitorioso nas eleições presidenciais de 1994 logo no primeiro turno, concorrendo com outros candidatos como o Lula, representando o PT. Mas o processo de abertura econômica do Brasil trouxe alguns pontos negativos, como a

perspectiva de descaso com o próprio país, uma vez que esse processo não gerou tantos empregos, por exemplo.

E, com a perspectiva de que a adesão aos regimes internacionais trariam vantagens instantâneas ao Brasil, o governo de FHC revisou acordos como o TNP, rejeitado no período militar e assinado em 1997, o que destacou uma reorientação da política externa em comparação aos governos militares.

Apesar das propostas de crescimento, o governo FHC apresentou baixas taxas de crescimento, o que levou ao descontentamento da população e eleição de Lula em 2002. Este governo foi pautado na ideia de reduzir as diferenças entre nações ricas e pobres, com destaque para o comércio, além de pregar conceitos como a paz, igualdade, respeito e democratização.

A política exterior de Lula tinha o objetivo de buscar investimentos produtivos, aumento das exportações e desenvolvimento tecnológico, e ainda destacou a proposta de produzir resultados concretos, combatendo práticas protecionistas e ampliando o mercado consumidor de produtos brasileiros.

O ministro das relações exteriores do governo Lula, Celso Amorim, argumentava que o Brasil estava, aos poucos, assumindo a posição que lhe era de direito, atuando em diversos cenários internacionais como um país desinibido. Mas, em determinado momento, a ilusão de poder também acabou prejudicando o governo Lula, afetando diretamente a política externa do país.

Em 2007, o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), surgiu como uma organização desenvolvimentista, composta por países que têm o objetivo comum de estabelecer boas relações econômicas e políticas. Aos poucos, o Brasil foi superando a sua dependência estrutural de outros países, e isso se deve, entres outros cenários, pela internacionalização de empresas brasileiras.

Lula realizou uma boa articulação com empresas e o Estado, desenvolveu uma política externa significativa para o país, mas isso não fez com que o Brasil se desenvolvesse acima do esperado para a economia mundial, sendo assim, o

capitalismo avançou, mas a posição brasileira foi a mesma, já que os outros países cresceram quase que na mesma proporção.

Com resultados positivos para o Brasil, Lula finalizou seu mandato com um bom índice de aprovação, e apoiou a presidente Dilma Rousseff nas eleições de 2010. O governo Dilma, no cenário internacional, se engajou de forma muito ampla nas questões relacionadas aos Direitos Humanos, adotando uma postura diferente dos governos anteriores.

O Índice de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) era positivo para o Brasil, que ocupava o 4º lugar neste ranking. Mas, com o passar do tempo, e o declínio da economia brasileira neste governo, o país foi perdendo a sua posição favorável na política externa. O governo não apresentou mudanças significativas na condição semiperiférica do país, o que, na política interna, trouxe um descontentamento que, aliado a outros motivos, gerou o início do processo de impeachment da presidente Dilma.

O seu vice, Michel Temer, assumiu em 2016 com a proposta de alavancar a economia brasileira, adotando medidas contrárias ao governo anterior, como, por exemplo, o incentivo às privatizações. Pouco se desenvolveu a política externa do país neste período, já que o presidente interino possuía pouco apoio neste cenário, por conta da sua baixa taxa de aprovação no país e pelo fato de que os chefes de Estado, em sua maioria, adotaram uma posição de não-intervenção no cenário político brasileiro neste período.

Jair Messias Bolsonaro surgiu como uma alternativa aos governos de esquerda, eleitos desde 2002, e questionados recentemente, principalmente com a prisão do ex-presidente Lula. Sua política, de viés conservador, é resultado da insatisfação popular com os casos de corrupção no Brasil, e é vista como forma de renovação política.

Dessa forma, apesar das diferentes visões de governo e estabelecimento de relações externas, é possível perceber que a política externa brasileira, em sua essência, trouxe resultados positivos e duradouros, adotando, até o presente

momento, um sistema de defesa da soberania, pacifismo, solução pacífica de controvérsias e bom relacionamento com a vizinhança.

Entendendo o conceito de Relações Internacionais, o próximo capítulo traz uma análise da política externa, contida nos planos de governo, dos presidentes eleitos desde 2002. Essa verificação cria uma base argumentativa, e de comparação, para avaliar o que é exposto tanto nas propostas quanto no cenário político do governo de Jair Bolsonaro.

2. A POLÍTICA EXTERNA NOS PLANOS DE GOVERNO

O governo de FHC sofreu com baixas taxas de crescimento durante o seu mandato, fato que fez com que o então candidato à presidência, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva ganhasse as eleições presidenciais.

O governo de Lula tinha como proposta renovar a política em vários aspectos, representando uma ruptura aos conceitos propostos por FHC, que, na prática, não foram eficientes. Com propostas populistas e de incentivo ao crescimento internacional, o governo Lula apresentou um plano de governo que estabelecia metas de relações próximas com os países vizinhos e melhoria nos laços com as grandes potências mundiais, mas sem a ideia de uma laço servil, as relações deveriam estar em um patamar de igualdade.

Paz, respeito, igualdade e democratização eram os princípios propostos para encaminhar a política externa do governo Lula (VIDIGAL et al., 2015), estabelecendo a criação de laços com diferentes países, sem nenhuma proposta, descrita no plano de governo, de priorizar países específicos por interesses ideológicos.

Já o governo Dilma apresentou um plano de continuidade do governo Lula, ainda que alguns autores, como Vidigal et al. (2015), questionem até que ponto as políticas da presidente foram nesse sentido. O engajamento nas questões relacionadas aos Direitos Humanos foram destaque neste governo, estabelecendo também um reposicionamento no cenário internacional (VIDIGAL et al., 2015).

O questionamento com relação à política de continuidade pode ser destacado, principalmente, pelo fato de que, com o passar do tempo, a economia foi apresentando um declínio significativo, com o país perdendo posições favoráveis no mercado externo, estas que foram estabelecidas com as políticas do governo anterior.

Após o impeachment da presidente Dilma, o seu vice Michel Temer assumiu com uma imagem pouco favorável no aspecto internacional. Acusados, por boa parte da imprensa nacional e internacional, como autores de um processo questionável de deposição da presidente, os personagens da política externa adotaram uma posição de cautela com este governo, entendendo-o como um ponto de transição da política brasileira, que se encontrava extremamente dividida e instável.

Mas o então presidente interino não apresentava propostas semelhantes ao governo Dilma. Por entender que a economia entrava em crise, com sinais de recessão, algumas medidas cautelares foram tomadas. A relação com outros países apresentou um declínio considerável, uma vez que, por se tratar de uma transição de governo, aquele não era o cenário ideal para estabelecer relações com o Estado brasileiro.

O cenário político brasileiro não mudou muito com as eleições de 2018. A polarização e embate ideológico foram destaque no processo eleitoral. O ex-presidente Lula buscava, por meios jurídicos, candidatar-se às eleições mesmo estando preso acusado de crimes cometidos durante o seu mandato presidencial, enquanto que o atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, na época candidato, apresentava propostas conservadoras e aliadas ao pensamento político de direita, com forte oposição aos governos petistas.

Como dito anteriormente, o presidente Bolsonaro surgiu como uma alternativa aos governos de esquerda, eleitos desde 2002 e que, segundo ele, levaram o Brasil às crises econômica, política e de imagem que o país se encontra na atualidade. Sua postura consistia em ir contra a ideologia proposta pelos governos anteriores e estabelecer um crescimento com base no patriotismo e alinhamento com governos de direita ao redor do mundo, como a aproximação com o presidente dos EUA Donald Trump, e com o então Primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu.

O objetivo deste capítulo é trazer um comparativo entre a política externa apresentada nos planos de governo propostos pelos presidentes eleitos desde 2002.

A intenção é entender as principais diferenças na política externa desde essa época até os dias atuais.

De antemão, é possível entender que as alterações ideológicas são significativas, o que faz com que seja questionada a relação entre os países aliados e novos parceiros do Brasil, trazendo a possibilidade no estabelecimento de um novo ponto de inflexão na política externa brasileira (VIDIGAL et al., 2015).

2.1. Um Brasil para todos (2002)

O governo Lula tinha como proposta a adoção de uma política de desenvolvimento alternativo, tendo o plano social como eixo principal, considerando o fato de que os níveis de pobreza eram altos e a economia não estava em sua melhor fase.

No âmbito internacional, a proposta era diminuir a dependência externa, com uma orientação de permitir a presença brasileira, no cenário internacional, como um país soberano. Este governo acreditava no combate à desigualdade com a desprivatização do Estado, onde a sociedade fosse parte integrante das empresas, cuidando dos seus interesses de forma direta e participativa através dos processos democráticos.

Com relação à defesa da sua soberania, o governo propagou a ideia de defesa das regiões ameaçadas através das Forças Armadas (FFAA), para proteger a integridade da nação e, quando necessário, desempenhar um papel de protagonismo nas missões de paz ao redor do mundo.

No comércio externo, suas críticas eram voltadas para o protecionismo de alguns países, o que dificultava as relações comerciais com eles. Portanto, uma das propostas consistia em reduzir as tensões e buscar um equilíbrio econômico com estes Estados, tendo como princípio um discurso motivador de “superar a vulnerabilidade do país diante da instabilidade dos mercados financeiros globais”

(COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 6), ou seja, avançar e se desenvolver mesmo com a possibilidade de uma crise no cenário internacional.

Na América Latina, o governo propunha um relacionamento especial, voltado para a reconstrução, ou aprimoramento, do Mercosul, buscando desenvolver uma política externa comum entre os países integrantes. E, com a Argentina, o estreitamento dos laços através de uma promessa política de ajuda mútua, baseando-se na solidariedade entre as nações.

Com os EUA, o governo estabelecia um relacionamento sadio e equilibrado, sem debate exclusivamente ideológico, e levando em consideração os interesses brasileiros, sem adotar uma política servil. Outra reivindicação do governo era com relação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), onde o então candidato à presidência prometeu impor uma derrubada das medidas protecionistas dos EUA. Caso esta medida não fosse tomada, o governo ameaçou não assinar o acordo com o bloco, uma medida que cumpre o papel desta organização, já que, de acordo com a proposta do bloco, o objetivo era eliminar as barreiras alfandegárias entre os países-membros.

Outros blocos também ofereciam propostas de acordo, e o governo em questão pretendia diversificar suas opções de negociação, estabelecendo relações com o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), a União Europeia, o bloco dos países asiáticos, dentre outras opções. Uma proposta, que se tornou realidade após alguns anos, foi a aproximação com a Rússia, Índia e China, o que veio, futuramente, com a inserção da África do Sul, criar o que se conhece hoje por BRICS. A relação com os países africanos também era proposta pelo governo, com a ideia de estreitar laços étnicos e culturais, construindo uma relação econômica e comercial com estes países, destacando aqueles que também falam a língua portuguesa.

O plano ainda faz uma crítica ao governo anterior, de FHC, pela falta de um “esforço exportador”, fazendo com que a geração de emprego não fosse suficiente, o que pode explicar um número crescente na criminalidade do país. Outra crítica é

com relação ao desenvolvimento industrial do país. A nível de comparação, o governo destaca o número de registro de patentes entre Brasil e Coreia do Sul, que nos anos 1980 eram semelhantes mas, com o passar do tempo, o Brasil estagnou, continuando com o mesmo número de registros, enquanto a Coreia cresceu de forma exponencial.

O desenvolvimento do mercado do álcool também aparecia como uma das prioridades do governo, o que aumentaria seu mercado consumidor e poderia atrair investimentos externos para o crescimento desta matéria-prima. Mas este avanço deve ser baseado na política de equilíbrio entre aceite do capital externo e o desenvolvimento interno, esta que seria uma das principais pautas para o crescimento e desenvolvimento brasileiro. O desenvolvimento da agroindústria também é um ponto a ser destacado, já que o Brasil, desde governos anteriores, buscava o aprimoramento de outras áreas além do setor primário, mas a evolução das tecnologias aplicáveis ao setor também era vista com grandes expectativas, com o intuito de aumentar a produção e, conseqüentemente, desenvolver um crescimento do mercado exportador.

Outro investimento importante seria no turismo, destacando a grande diversidade brasileira e seus cenários naturais que abriam caminho para a entrada de capital estrangeiro. O turismo de negócio igualmente seria apoiado durante o governo, com a proposta de eventos internacionais em diversas áreas, e a preparação para o recebimento de estrangeiros durante a estadia nos principais centros urbanos do país, por exemplo.

O plano ainda destaca a importância do respeito aos compromissos internacionais no que se refere às dívidas externas, trabalhando com o desenvolvimento econômico interno para que a fragilidade das contas brasileiras fosse superada. O desenvolvimento deveria se dar através da ampliação das exportações e, para isso, o governo se comprometeu com a criação da Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, aliada diretamente ao presidente da república e ao Ministério das Relações Exteriores, trabalhando no incentivo do comércio externo.

E, por fim, o plano de governo do presidencialável destaca a importância das reformas internas para o desenvolvimento em âmbito externo. De acordo com as análises, descritas no plano de governo, a Reforma Tributária, por exemplo, era necessária para que se aumentasse a competitividade dos produtos brasileiros no cenário internacional. E, apesar de todas as propostas apresentadas neste documento, o governo em questão se declarou contrário aos ideais nacional-desenvolvimentistas e liberais, sendo uma forte oposição destes movimentos.

2.2. Coligação A força do povo (2006)

Candidato à reeleição em 2006, o governo Lula lançou uma política de continuidade para o seu plano de governo dos próximos anos (COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO, 2006). O então presidente condenou, no seu plano, a submissão, no plano internacional, pela oposição aos países desenvolvidos. O governo petista estabelecia uma política externa baseada na “presença soberana no mundo e forte integração continental” (COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO, 2006, p. 7), com a diminuição da vulnerabilidade brasileira no cenário internacional.

Um dos alvos de sua política de melhorias foi a globalização, que, de acordo com o plano de governo, era realizada de forma injusta e desigual. Para isso, o candidato estabeleceu como meta o desenvolvimento da união Sul-Sul, ou seja, a maior integração entre os países do hemisfério sul, conhecidos por serem nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

O documento estabelece uma espécie de ciclo virtuoso para o avanço contínuo do Brasil no cenário internacional. Esse ciclo é constituído por crescimento econômico, bem-estar social, democratização política, soberania nacional e integração continental. O apoio à indústria tecnológica e o incentivo às exportações também são pilares propostos para o avanço da política externa brasileira, além da continuidade no incentivo ao turismo.

Uma das principais diferenças, se comparado à política anterior, é a ideia de que o Brasil ganhou uma posição de destaque no cenário internacional. Como visto anteriormente, neste período, o ministro das relações exteriores no governo Lula, Celso Amorim, exalta a postura brasileira como um país “desinibido” no cenário internacional, participando de diversos foros e grupos regionais e internacionais (VIDIGAL et al., 2015).

A postura, descrita acima, pode ser identificada no plano de governo quando o candidato à reeleição defende a reivindicação brasileira de uma vaga fixa no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, o governo defende uma inserção cada vez maior nos grandes mercados e segue adotando a política de melhoria nas relações com os países africanos, adotando a defesa do multilateralismo como princípio para a política externa brasileira.

Com relação à economia, o governo defendeu a redução da dívida pública, destacando os altos gastos do governo com pessoal, por exemplo, e a redução da taxa de juros, para que isso traga como consequência o aumento da taxa de investimento, assim como acontece nos países desenvolvidos. Outro eixo a ser fortalecido seria a política de exportações, com destaque para os produtos com alto valor agregado, ou seja, aqueles que estivessem aptos para estabelecer uma concorrência e competir em tom de igualdade.

Outra medida, referente às exportações, seria a de combater a concorrência predatória, onde o país é prejudicado por preços injustos que, de acordo com as normas internacionais, são praticados de forma ilegal em alguns casos, como o barateamento da produção por conta da mão de obra exploratória, por exemplo.

Para melhorar o cenário das exportações, o governo traz como medida o oferecimento de linhas de crédito, como as disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, além da garantia de seguro às exportações. Essas medidas tinham como objetivo dar segurança às empresas exportadoras, acelerando o crescimento do comércio externo, bem como

a internacionalização das empresas brasileiras, o que representava uma nova proposta para esta gestão.

Outra política internacional proposta seria o melhoramento nas relações comerciais com os países vizinhos, através do intercâmbio comercial realizado a partir da moeda nacional, e não mais do dólar. Esse processo foi descrito, no plano de governo, como “desdolarização do comércio com os países da América Latina” (COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO, 2006, p. 18), um método que incentiva a economia regional e diminui a dependência dos países latinos sobre a economia estadunidense.

O incentivo à exportação da tecnologia de biocombustíveis também é proposto no plano, com prioridade dada aos países da África e América Latina. O governo também propõe melhorias nos transportes, com o objetivo de facilitar as exportações. Todos os meios são descritos, mas, para a política externa, é interessante destacar a questão dos portos, que têm como proposta direta facilitar o comércio externo.

O governo petista destaca a sua atuação prestigiosa nos sistemas internacionais, principalmente no que se refere à proteção dos Direitos Humanos em órgãos como a ONU, o Mercosul e outras instituições internacionais. O plano, portanto, salienta a importância de manter essa linha de atuação, bem como ampliar o apoio a brasileiros no exterior.

O turismo, como dito anteriormente, continua sendo destaque deste plano, com a proposta de transmitir ao mundo a imagem de um país diversificado, moderno, hospitaleiro e competitivo. Mas o foco é direcionado aos eventos esportivos, que estão na mira de grandes países que poderiam sediá-los. Dentre eles, é possível destacar a Copa de 2014, onde o Brasil pretendia concorrer ao posto de sede e, posteriormente, atingiu o objetivo, além de eventos já confirmados como os Jogos Pan-Americanos de 2007, marcados para acontecer no Rio de Janeiro. Estes eventos, além de alavancar o turismo brasileiro e movimentar a

economia, dão destaque para o crescimento da nação e contribuem para a imagem do país.

2.3. 13 compromissos de Dilma Rousseff (2010)

A candidatura de Dilma Rousseff nestas eleições representou uma continuidade nas políticas adotadas durante a gestão Lula. O próprio plano de governo se refere à gestão anterior como “gestão Lula-Dilma” (COLIGAÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO, 2010). O documento começa destacando alguns pontos positivos das políticas adotadas no governo anterior, como o fato de que o Brasil passou de devedor a credor do FMI, com reservas que, na época, ultrapassaram os 282 bilhões de dólares.

A proposta enfatiza a continuidade da política externa soberana adotada no governo Lula, com a defesa de princípios históricos, respeito à autodeterminação, política de não-intervenção, solução negociada de conflitos, defesa dos direitos humanos, paz mundial, luta em combate à fome e pobreza mundial, solidariedade entre países pobres e em desenvolvimento e a integração entre os países da América Latina e os do hemisfério sul. O documento destaca também o compromisso com as propostas estabelecidas durante a Conferência de Copenhague (2009) para enfrentar os problemas relacionados às mudanças climáticas.

As forças do progresso reunidas na coligação PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO não querem apenas dar continuidade ao realizado a partir de 2003. Querem avançar e avançar muito. Esses avanços só serão possíveis porque o País mudou nos últimos anos. E mudou para melhor. (COLIGAÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO, 2010 p. 7)

O plano em questão destaca a importância de avançar ainda mais no cenário político. Sendo assim, a coligação criou um documento com os 13 compromissos para melhorar a situação do país.

O governo estabeleceu uma proposta de baixa vulnerabilidade a choques, usando como comparativo a crise de 2008, período em que os países desenvolvidos viveram com uma constante queda no setor econômico e de desenvolvimento, mas o Brasil, governado por Lula, continuou com suas altas taxas de crescimento. Outro ponto importante seria a reformulação da estrutura tributária para beneficiar a produção e exportação de produtos brasileiros, entendendo que as altas taxas impediam o comércio de se desenvolver de forma efetiva.

A política industrial também era destaque nas propostas, com o intuito de ampliar o apoio aos mercados nacionais e internacionais, dando espaço para o investimento de outros países no mercado brasileiro. As propostas não foram específicas com relação às medidas adotadas para facilitar este investimento. A política agrícola foi mencionada com o ideal de fortalecer o agronegócio garantindo o escoamento rápido e barato da produção agrícola, tanto para o mercado interno quanto para o externo, entendendo a importância, para a economia brasileira, da exportação de commodities.

A relação com países pobres e em desenvolvimento também entra na pauta petista em diversos cenários, e aqui se destaca na política energética, onde o governo propõe uma internacionalização deste fator através de suas empresas como a Petrobrás, ou no desenvolvimento de novas fontes de energia, por exemplo.

No que se refere às organizações internacionais, o governo se coloca como favorável aos conceitos relacionados aos direitos humanos, como os ideais propostos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o estabelecimento de condições de trabalho saudáveis e para a proposta de aplicação do “trabalho decente” em território brasileiro.

Outra meta estabelecida é a de ampliação do registro de patentes brasileiras. É importante lembrar que, no plano de governo de Lula, foi feita uma crítica com relação à queda no número destes registros, comparando inclusive com o número crescente na Coreia do Sul (COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO, 2006). Além disso,

o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia também ganha espaço nas metas do governo.

Em relação à cultura, o governo promete o fortalecimento da presença cultural brasileira no mundo, e a promoção do diálogo com outras culturas. Outra proposta é a de fortalecimento, com o apoio do Ministério da Cultura, da indústria audiovisual brasileira, em articulação com outros países, inclusive os do hemisfério sul.

Nas questões de segurança internacional, é prometida uma maior defesa das fronteiras, com o intuito de combater o tráfico de drogas e armas nestas regiões. Para isso, o governo estabelece a proposta de implementação da Nova Política de Defesa, criada pelo ex-presidente Lula e aprovada em 2009, com o intuito de reequipar as FFAA e implantar o Ministério da Defesa.

O diálogo internacional é destacado com a importância, dada no documento, das relações com os países da América Latina e do hemisfério sul, destacando blocos como o então BRIC (posteriormente reconhecido como BRICS), e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), com promessas de aumentar essa integração. Mas era entendido que as parcerias tradicionais também devem ser mantidas e até mesmo ampliadas, entendendo que a diversificação geográfica do comércio exterior é importante para um país em desenvolvimento como o Brasil.

O documento destaca, mais uma vez, a fidelidade do governo aos princípios de não-intervenção, defesa dos direitos humanos, luta pela paz mundial e, de forma inédita, a luta pelo desarmamento da população mundial.

Outro ponto de destaque é a defesa da luta pelo multilateralismo das relações brasileiras e a democratização dos organismos internacionais, como a ONU, o FMI e o Banco Mundial. Essa democratização surge como uma proposta de inserção dos países em desenvolvimento na tomada de decisões em âmbito internacional, abrindo mão da ideia de que apenas os países desenvolvidos, como os integrantes do Conselho de Segurança da ONU, podem participar ativamente na construção das relações internacionais.

2.4. Mais mudanças, mais futuro (2014)

O plano de governo, proposto para a reeleição da então presidente Dilma Rousseff, traz consigo alguns avanços destacados durante os anos anteriores. Para isso, o documento destaca o aumento na produtividade da economia, a normalização do crescimento do comércio internacional, e outros pontos a serem abordados ao longo do material (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2014).

O documento apresenta a proposta de realização do Plano Brasil Maior, uma política que visa incentivar e aumentar a capacidade competitiva da indústria brasileira em um momento de adversidades internacionais, ou seja, incentivar a economia do país mesmo que o cenário internacional apresente uma queda no desenvolvimento. Um plano posterior seria o Reintegra, que com o desenvolvimento da indústria, serviria como estímulo às exportações de produtos brasileiros.

É destacada também a promessa de engajamento do país nas negociações climáticas internacionais e, como prova disso, o plano mostra a força brasileira como o “maior redutor de emissões de gases de efeito estufa no planeta” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2014, p. 11), sem especificar a fonte da informação, é registrada a atuação do país nas áreas de combate ao desmatamento ilegal da Amazônia e do Cerrado brasileiro.

Neste período, os indicadores do setor externo registraram números positivos. O Índice de Investimento Direto Externo (IDE), por exemplo, apontou um aumento de quatro vezes se comparado aos dados apresentados no ano de 2002, período do governo FHC. As exportações também apresentaram um aumento, bem como as reservas cambiais. Assim como no plano anterior, o governo destaca o papel do Brasil como um credor do FMI, deixando a sua posição de devedor, como aconteceu nos governos antecessores aos governos petistas.

O governo se orgulhava de ter adotado uma posição que ia na contramão da crise de 2008, período de recessão do mercado internacional, mas que foi marcado

por uma oportunidade de crescimento brasileiro, desenvolvendo-se em diversas instâncias.

Na questão da saúde, o Brasil destaca a sua posição como um dos países que mais reduziu a mortalidade infantil no mundo, de acordo com dados da UNICEF. A implementação do programa Mais Médicos também foi um marco nas políticas públicas brasileiras, trabalhando com a ideia de integração com países latinos, como Cuba, para a contratação de mão de obra especializada para suprir as necessidades do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS), principalmente nas regiões menos favorecidas economicamente.

O plano ainda destaca a importância da atuação do governo federal nas fronteiras, ampliando essa tarefa no Plano Estratégico de Fronteiras, tendo como objetivo a redução do tráfico de drogas e armas com os países vizinhos, estabelecendo um controle maior sobre essas regiões.

Outra proposta importante para o governo é a de atingir o patamar de país desenvolvido, entendendo que os avanços foram significativos e que o Brasil é capaz de crescer ainda mais, mirando as grandes potências internacionais. Para isso, é proposta a modernização do parque industrial, com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade no mercado externo, inserindo o Brasil no cenário internacional como grande exportador e integrante ativo do mercado mundial.

O documento apresenta um cenário otimista com relação às atividades de mobilização internacional marcadas para acontecer no Brasil nos anos seguintes. A Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas foram destacadas como uma das prioridades do governo, entendendo estes eventos como uma vitória política e de grande importância para o desenvolvimento da nação e apresentação de sua realidade para todo o mundo.

A realização da Copa do Mundo no Brasil é a vitória política de um país que tem vencido a crise econômica internacional com geração de empregos e distribuição de renda, é a vitória de um país que hoje é respeitado internacionalmente, é vitória da confiança na capacidade do povo brasileiro

e a derrota do pessimismo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2014, p. 38)

Nas relações internacionais, o plano garante a continuidade da presença brasileira no mundo, fortalecendo laços com os seus principais parceiros, como os integrantes do Mercosul, Unasul e CELAC, destacando uma participação efetiva no cenário internacional sem qualquer discriminação de ordem ideológica.

O país ainda segue a ideia de estreitamento das relações com Estados latinos, africanos e do hemisfério sul. A novidade é o destaque para os países árabes e os asiáticos, como a China, descrita com certa relevância no documento. A diversificação nas relações internacionais é um dos pilares da política externa do governo, que não desconsidera a relação com os desenvolvidos, entendendo a importância das relações brasileiras com nações como os EUA, um dos principais parceiros comerciais. A União Europeia e o Japão também são descritos como parceiros essenciais do Brasil, que segue defendendo o multilateralismo.

Em linhas gerais, o plano de governo apresenta as mesmas propostas gerais para exercer a política externa brasileira, que deve ser baseada na defesa da democracia, não-intervenção, respeito à soberania, luta pela paz e solução negociada de conflitos, defesa dos direitos humanos, combate à pobreza e desigualdades e a preservação do meio ambiente.

O documento também segue a mesma diretriz do anterior no que se refere à reforma dos organismos internacionais, como a ONU. De acordo com o plano de governo, a governança destes sistemas não reflete o cenário político do mundo atual, já que a integração nas decisões destes sistemas não acontece de forma democrática entre os países, priorizando o posicionamento dos desenvolvidos.

2.5. Uma ponte para o futuro (2016)

O plano de governo do presidente interino Michel Temer pode ser definido como um plano de contenção de crise, já que o país se encontrava em uma situação delicada após o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O presidente interino refere-se ao momento brasileiro como uma “situação de grave risco” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 3), com queda no crescimento e profunda recessão na economia do país. Em um cenário onde a dívida pública estava próxima dos 70% do PIB do país, e a confiança da população estava cada vez mais baixa no sistema político, era necessário agir com urgência e promover reformas que mudassem o cenário da época.

Por estar inserido em um processo de gerenciamento de crise, o plano em questão pouco se refere à política externa brasileira, destacando a mesma apenas quando se trata da economia do país, o que faz com que este cenário permaneça, dada as devidas proporções, de forma estagnada por um período significativo. O governo interino entende que, grande parte da crise, se deve pelo fato do governo federal ter cometido excessos, seja criando programas com pouco retorno financeiro ou ampliando os já existentes, e também na contratação, sem precedentes, de novos servidores, além de outras questões que afetam diretamente o cenário econômico.

Diferente dos governos anteriores, a política apresentada é de apoio aos investimentos do setor privado para gerar o ganho de competitividade no setor externo, com destaque para os setores industrial e do agronegócio. Essa medida pretende recriar um ambiente econômico estimulante, entendendo que o Brasil, enquanto Estado, não possui capital suficiente para investir, sozinho, nestes avanços.

Para que essa medida seja efetiva, o governo deve cooperar com o setor privado na abertura de mercado externo, facilitando o investimento internacional e estabelecendo parcerias e alianças regionais com redução de tarifas. Essa política é importante, de acordo com a proposta de governo, para a adoção da globalização

como destino da economia, entendendo que o futuro dos países desenvolvidos é de estabelecer estas relações multilaterais no setor público e privado.

É destacada também a importância dos bens de capital, insumos e tecnologia importados, favorecendo o desenvolvimento brasileiro sobre produtos que o país ainda não produz, o que faz com que se destaque a importância de reduzir os impostos e taxas sobre estes produtos, favorecendo as relações com o comércio externo.

Além disso, o governo propõe o estabelecimento de acordos regionais de comércio como principal fator de desenvolvimento externo, e estas negociações devem ocorrer com ou sem a participação do Mercosul, embora seja destacada a importância do bloco para o país, e que seja ideal a participação do mesmo nas negociações envolvendo o Brasil. Mas este desprendimento é entendido como um fator de urgência no cenário brasileiro, uma vez que o país passa por uma recuperação rápida que, caso não seja feita, pode interromper o estabelecimento do equilíbrio fiscal, além de manter o crescimento da dívida pública, que traz consigo taxas de juros muito altas.

2.6. O caminho da prosperidade (2018)

O plano de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro apresenta uma proposta de governo liberal democrata, sendo contrário aos ideais estabelecidos nos governos petistas. Seu viés patriótico é identificado logo no início do documento, quando diz que qualquer pessoa, em território nacional, incluindo estrangeiros, terão direitos como qualquer ser humano, mas deve respeitar as leis brasileiras independente da sua nacionalidade (O CAMINHO..., 2018).

A proposta de reformulação do Estatuto do Desarmamento traz consigo comparativos entre países que possuem a garantia do direito, dado ao cidadão, de possuir uma arma de fogo. De acordo com o documento, em países como os EUA, Áustria e Israel, o número de mortes por arma de fogo é consideravelmente menor

que no Brasil, mesmo que estes países deem a liberdade do cidadão de possuir uma arma.

O documento destaca a importância das Forças Armadas para o Brasil, trazendo um histórico da II Guerra e a atuação dela no combate ao nazismo. As FFAA terão, de acordo com o plano de governo, um papel importante na proteção das fronteiras brasileiras, fazendo integração com os demais órgãos de segurança pública que prestam serviço à nação.

Com relação ao programa Mais Médicos, o governo propõe mudanças na sua política, estabelecendo o cadastro de todos os profissionais cubanos no sistema REVALIDA, e “libertando” os profissionais da burocracia do seu país de origem. De acordo com o documento, os médicos estrangeiros passarão a receber o salário integral, e receberão ajuda para trazer suas famílias ao país, mesmo indo contra os ideais do governo cubano. Outra alternativa sugerida é a criação de um programa nacional, incentivando os médicos brasileiros a exercerem a profissão em ambientes inóspitos de diferentes regiões do país.

Uma alternativa para diminuir a dívida pública brasileira é a busca por privatizações e concessões em diferentes áreas do Brasil, com destaque para as empresas estatais que, por vezes, não geram lucro para o país. Outra alternativa é facilitar o comércio internacional. O documento acusa o Brasil de ser um dos países menos abertos no comércio externo, e defende esta nova medida com a justificativa de que o país pode receber um “choque tecnológico positivo” (O CAMINHO..., 2018, p. 65), entendendo que essa é a chance de melhorar a economia se integrando com outras nações.

Facilitar o comércio internacional é uma das maneiras mais efetivas de se promover o crescimento econômico de longo prazo. A evidência empírica é robusta: países mais abertos são também mais ricos (O CAMINHO..., 2018, p. 65).

O projeto ainda defende que, para executar com sucesso o processo de integração no comércio exterior, é preciso estabelecer novos acordos bilaterais, reduzir alíquotas de importação e as barreiras não-tarifárias, incentivando o mercado internacional. Outra política é a de consolidação dos novos mercados externos no setor da agricultura. O então candidato relata, neste documento, que já havia dado início às conversas sobre a parceria com Israel, com o objetivo de adquirir tecnologia para o setor.

No que se refere às matrizes energéticas, o documento garante uma maior oferta de energia com preços competitivos no mercado internacional. Os preços da Petrobrás também devem seguir os mercados internacionais, mas as flutuações de curto prazo deverão ser contidas, ou suavizadas, com políticas públicas específicas.

O governo também garante uma melhoria nos transportes e consequente integração dos diferentes tipos de locomoção, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção, por exemplo, diminuindo os custos de exportação. Os portos, utilizados como um dos meios de exportação mais baratos no Brasil, recebem atenção especial.

Devemos ter como meta a redução de custos e prazos para embarque e desembarque. Nosso objetivo é chegar, ao final do Governo, com patamares similares aos da Coreia do Sul (porto de Busan), do Japão (porto de Yokohama) e de Taiwan (porto de Kaohsiung) (O CAMINHO..., 2018, p. 77).

O projeto também propõe o estabelecimento de um novo Itamaraty. De acordo com a proposta, o Ministério das Relações Exteriores vai atuar apoiando o comércio externo integrando com países que agreguem valor econômico e tecnológico ao Brasil. A proposta do governo é de não se aliar a regimes ditatoriais, sem concretizar acordos com estes países e priorizar o apoio às democracias como EUA, Israel e Itália.

Outra meta, para este Ministério, será a de redirecionar o eixo de parcerias na América Latina, aprofundando as relações apenas com países da região que estão livres de ditaduras. O documento não cita o nome dos países que são alvos dos processos condenados pelo candidato.

Diferente dos planos anteriores, que priorizavam as relações multilaterais, o documento em questão promete priorizar os acordos e relações bilaterais, apoiando países que possam oferecer boas oportunidades de negociação para o Brasil. Outra questão é referente ao apoio a países que, de acordo com o documento, foram desprezados pelo Brasil por razões ideológicas. O objetivo é estreitar as relações com aqueles que possam oferecer boas oportunidades ao Brasil nas relações de comércio, ciência, tecnologia, educação, cultura e inovação. Mas, apesar do apontamento, o documento não cita quais são estes países.

Entendendo o que foi proposto pelos presidentes em seus planos, e as principais diferenças com o atual governo, partimos para o próximo capítulo que traz os dados referentes aos primeiros 100 dias de Bolsonaro na política externa, analisando a execução das suas tarefas neste período.

3. A POLÍTICA EXTERNA NOS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNO

3.1. Agenda de 100 dias de governo

O presidente eleito Jair Messias Bolsonaro produziu um documento, ainda no período de transição de governo, com 35 propostas para os 100 primeiros dias do seu mandato presidencial. O objetivo principal era estabelecer metas modernas de ação do governo, garantindo a efetividade na entrega de serviços à sociedade e trazendo um impacto social considerável (BRASÍLIA, 2019). O documento declara que estes projetos são considerados prioritários pelo governo.

As “ações”, nome dado às metas, são divididas de acordo com os ministérios existentes no governo Bolsonaro. No campo do Ministério das Relações Exteriores (MRE), são propostas duas ações, as de número 23 e 24, mas é possível encontrar, em outros campos, metas que também são projetadas para aprimorar a política externa brasileira, seja através do meio ambiente, economia, infraestrutura ou turismo.

A ação 9, por exemplo, está inserida no campo do Ministério da Economia, mas tem como objetivo a intensificação do processo de inserção econômica internacional, ou seja, criar mecanismos para que o país se torne um agente ativo no mercado internacional. Para isso, são criadas algumas propostas objetivas, como a facilitação do comércio, a convergência regulatória (ou alinhamento técnico com outros países), e a negociação de acordos comerciais com diferentes países e blocos econômicos.

Outro ponto destacado é a reforma na estrutura tarifária, entendendo que os altos impostos são prejudiciais para países que pretendem investir no Brasil. Os altos custos de produtos estrangeiros, também afetados pelas taxas impostas pelo Estado, prejudicam, de acordo com o governo, a aquisição de insumos, bens de capital e informática, materiais que, em muitos casos, não são produzidos no país,

afetando diretamente o consumo destes por grande parte da população, já que os seus valores são, por vezes, inacessíveis.

A ação 13, idealizada para o Ministério da Infraestrutura, refere-se às privatizações no transporte. De acordo com o documento, a proposta é de investimento em malhas ferroviárias e ampliação de 12 aeroportos. Outro ponto destacado é o estímulo à privatização de 10 portos, com o objetivo de facilitar o escoamento de produtos para a exportação, bem como o aumento na capacidade de armazenamento.

Já na ação 18, destacada para o Ministério do Meio Ambiente, o documento propõe o combate ao lixo no mar, estabelecendo ações como o diagnóstico do problema em si e a efetivação dos indicadores de qualidade ambiental. Também é proposto o estabelecimento de diretrizes e uma agenda nacional de qualidade, com o objetivo de preservar o território marítimo brasileiro contra ameaças externas que possam afetar diretamente as águas sob responsabilidade do país.

A ação 23, indicada diretamente para o MRE, planeja a redução tarifária do Mercosul. O objetivo é dinamizar a agenda externa brasileira, facilitando a veiculação de produtos estrangeiros entre os países do bloco. Outro objetivo, com esta proposta, é aumentar o número de exportações e baratear os insumos, produtos e serviços brasileiros, com o intuito de atrair a atenção dos mercados destes países.

Também referente ao MRE, a ação 24 propõe uma mudança na identidade visual do passaporte brasileiro. A proposta é de alterar a capa do documento, que antes vinha com o símbolo do Mercosul, para inserir o Brasão da República. De acordo com o documento, essa medida é considerada prioritária já que deve “fortalecer a identidade nacional e o amor à Pátria” (BRASÍLIA, 2019, p. 7).

A ação 26, elaborada para o Ministério do Turismo, tem como objetivo a potencialização na atração de investimentos no turismo brasileiro, estabelecendo um ambiente favorável a este tipo de negócio com políticas de apoio ao

desenvolvimento. De acordo com o documento, deve-se estabelecer um desenvolvimento sustentável neste quesito.

Por indicação do ideólogo, e autoproclamado filósofo brasileiro, Olavo de Carvalho, o presidente escolheu o diplomata Ernesto Araújo para comandar o MRE. Ernesto é conhecido por ser um dos alunos de Olavo e ter posições ideológicas semelhantes ao presidente, o que traz à tona uma nova forma de se pensar o Itamaraty, tendo como base uma governança conservadora e aliada aos princípios ideológicos da direita.

3.2. Execução do plano de 100 dias na política externa

3.2.1. O discurso de posse do ministro Ernesto Araújo

No dia 2 de janeiro de 2019, o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo tomou posse oficialmente. O seu discurso foi uma forma de apresentar à sociedade as diretrizes que devem ser adotadas para a execução da política externa brasileira, indicando caminhos a serem traçados e, inicialmente, servindo de plano protocolar para orientar os 100 primeiros dias de governo.

No seu discurso, após as saudações, o ministro começa com um versículo de São João, onde diz que “Conhecerei a verdade e a verdade vos libertará” (BRASÍLIA, 2019), referindo-se à busca brasileira pelo real sentido de governança, e reorientando a formação política do país. Ernesto declara que a política externa brasileira, nos governos anteriores, estava presa fora do país, e esta nova fase deve ser um movimento de redescobrimento e reconexão com o país, libertando o Brasil, a política externa e o próprio Itamaraty, referindo-se a este último como o “guardião da continuidade da memória brasileira” (BRASÍLIA, 2019).

O ministro cita a sua trajetória no Itamaraty, iniciando como terceiro secretário, para se referir à instituição como uma espécie de santuário nacional, e

ainda traz referências culturais, como a série espanhola *El Ministerio del Tiempo* (2015). Tudo isso para demonstrar que o MRE tem a função de proteger e regar o tronco histórico brasileiro, assim como os personagens o fazem, de forma fictícia, na série, para garantir que não haja problemas no futuro.

Em seu discurso, Ernesto destaca que o atual momento é uma espécie de “nova independência” do Brasil, referindo-se às novas diretrizes que serão seguidas pelo seu ministério, deixando de lado algumas ideias propostas por governos anteriores. O ministro é enfático quando diz que o Brasil não deve trabalhar pela ordem global, deixando registrado, em muitos momentos do discurso, o seu ideal contrário ao globalismo, justificando que, por este motivo, a política externa brasileira está atrofiada, sendo prejudicada por ideais mundiais e por medo de ser criticada.

Vamos fazer alguma coisa pelas nossas vidas e pelo nosso país. Mergulhemos no oceano de sentimento e na esperança do nosso povo. Não mergulhemos nessa piscina sem água que é a ordem global (BRASÍLIA, 2019).

Neste momento, é possível entender que Ernesto vê o globalismo não como um movimento de crescimento igualitário entre os países, mas sim de permanência da ordem mundial atual, onde as grandes potências seguem se desenvolvendo, e os países em desenvolvimento, como o Brasil, são vítimas de uma política de subserviência.

Em sua fala, o ministro ainda destaca que o Itamaraty deve preservar sua história, mas não deve se esquecer da busca pela renovação, através de um crescimento, em âmbito internacional, mas sem o discurso de agradar os outros países. Ernesto defende que o Brasil deve expressar suas opiniões, e que o Itamaraty faz parte do Brasil, sendo assim, ele deve servir o seu povo.

Por muito tempo o Brasil dizia o que achava que devia dizer. Era um país que falava para agradar os administradores da ordem global. Queríamos ser um bom aluno na escola do globalismo, e achávamos que isso era tudo (BRASÍLIA, 2019).

O ministro cita Olavo de Carvalho em seu discurso como um dos principais nomes responsáveis pela transformação brasileira nos últimos anos, destacando a sua importância na renovação do sistema político brasileiro. Olavo estabeleceu uma base de apoio ao presidente eleito nas redes sociais, e atua como conselheiro extraoficial do presidente em alguns aspectos como, por exemplo, na indicação para cargos do governo. Como dito anteriormente, foi ele quem indicou o nome de Ernesto para ocupar o cargo de ministro das relações exteriores, portanto é de se imaginar que a relação entre o conselheiro e o ministro é amigável e ideologicamente compatível, justificando assim o referenciamento no discurso.

O aparelhamento ideológico, entre governo e o ministro do Itamaraty, é destacado no momento em que Ernesto defende alguns ideais conservadores no seu discurso, sendo registrado no momento em que ele aponta a importância da defesa da vida, da família e do país. O ministro diz que o problema do mundo atual é a *oikofobia*, ou o fato de que as pessoas odeiam o próprio lar, o seu povo e o seu passado, deixando de lado o sentimento patriótico, tão defendido por ele durante todo o discurso. Outro problema, de acordo com o ministro, é a *teofobia*, ou o ódio contra Deus, fazendo com que o povo seja afastado dessa divindade o que, para o ministro, é o caminho para a destruição da humanidade. Sendo assim, ele se destaca, junto com o presidente e todos os seus representantes, como personagens que insurgem contra esta ideia.

O rumo da política externa do ministro é traçado quando ele se refere aos principais países aos quais têm admiração. De acordo com Ernesto, países como os Estados Unidos, Israel, Hungria, Polônia e a nova Itália são exemplos para a nação brasileira, já que eles apresentam sinais fortes de patriotismo, defesa da soberania nacional e se impõem diante dos outros países, se afirmando como nações livres. É importante destacar que todos estes países, citados no discurso do ministro, trazem

consigo uma política ideologicamente semelhante aos ideais da direita brasileira, ou seja, tudo indica um aparelhamento ideológico nas relações externas do Brasil, apesar do governo negar este fato.

Ernesto destaca que o perfil do Itamaraty será o de uma instituição mais engajada no agronegócio, no comércio, no investimento e nas tecnologias, entendendo a sua importância para o desenvolvimento do país. Além disso, a instituição também deve defender seus ideais e valores no cenário internacional, tendo este pensamento como um encaminhamento para o estabelecer relações com outros países. No discurso, o ministro também defende um tratamento específico para cada parceiro do Brasil, criando programas voltados para o melhoramento destas relações, sem citar qualquer parceiro em particular.

Outra proposta do ministro é a renovação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a APEX. Ernesto acredita que essa medida pode melhorar de forma significativa a política externa brasileira, e fazer com que o Brasil possa negociar, em âmbito internacional, a partir de uma posição de força, e não mais como um país que apenas segue os preceitos de uma potência global.

Outra preocupação é com relação à Organização Mundial do Comércio (OMC). O ministro diz que o foco do Brasil deve ser a incorporação da agenda promissora desta organização, com o intuito de estabelecer e ampliar as relações bilaterais e multilaterais com outros países. Outro ponto relatado no discurso é a defesa da soberania e liberdade brasileira na ONU. O ministro diz que essa organização, por vezes, atende os interesses de ONG's e não dos países membros, mas que este cenário deve mudar com o atual governo defendendo seu posicionamento.

Por fim, o ministro destaca a preocupação de Jair Bolsonaro com a política externa brasileira, entendendo que ela é essencial para a sociedade, trazendo benefícios concretos para o país em diversos aspectos, sejam econômicos ou sociais, por exemplo. O discurso ainda versa sobre a ideia de proximidade do Itamaraty com o povo, onde Ernesto destaca que a instituição é a casa de todos os

brasileiros. Ernesto Araújo defende os valores propostos pelo governo, e a ideia de um país mais forte e esperançoso com o futuro, trazendo a ideia de que haverá um crescimento econômico e político com a manutenção dos valores já citados anteriormente.

Estou certo de que podemos tornar o Brasil ao mesmo tempo mais competitivo e mais autêntico, ao mesmo tempo mais econômica e comercialmente dinâmico e mais verdadeiro, mais respeitado internacionalmente e mais fiel a si mesmo (BRASÍLIA, 2019).

3.2.2. As primeiras viagens internacionais de Bolsonaro como chefe de Estado

Durante os 100 primeiros dias de governo, o presidente Jair Bolsonaro, e sua comitiva, realizaram quatro viagens internacionais representando o Brasil. As viagens foram para a Suíça, participando do Fórum Econômico Mundial, para os EUA, Chile e Israel, nessa ordem. A viagem para a Suíça contou como uma questão protocolar, já as próximas representaram o plano concreto de Bolsonaro para a execução da sua política externa. Apesar de defender o fim do caráter ideológico nas relações com outros países, os locais visitados por Bolsonaro, durante os 100 primeiros dias, com exceção do primeiro, possuem visões ideológicas semelhantes ao presidente do Brasil, todos com viés político de direita.

A primeira viagem internacional de Jair Bolsonaro, enquanto presidente da república, foi para Davos, na Suíça. O presidente viajou no dia 20 de janeiro para participar do Fórum Econômico Mundial, onde discursou no dia 22. Seu discurso, se comparado ao de outros líderes, foi curto, com quase seis minutos de duração, e abordou sobre diversas questões, relacionadas à economia, a serem trabalhadas no Brasil durante o seu mandato.

No seu discurso, Bolsonaro citou a proposta de investimento em segurança no país com o intuito de atrair mais turistas. De acordo com o presidente, o Brasil possui uma infinidade de belezas naturais, mas não está nem entre os 40 destinos

mais visitados do mundo, e isso se deve, em grande parte, por conta dos altos índices de violência (O DISCURSO..., 2019). Ele destacou também a importância da exportação de commodities para o Brasil, entendendo que os produtos primários são a principal fonte de renda que mantém o país com uma balança comercial favorável, e prometeu desenvolver esta área do comércio brasileiro, mas garantindo um equilíbrio entre preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Outra promessa, feita pelo presidente, é a de diminuir a carga tributária para facilitar os investimentos de mercados externos no Brasil. Bolsonaro caracteriza, em seu pronunciamento, o Brasil como uma economia fechada para o comércio internacional, e relata o seu desejo de colocar o país, até o fim do seu mandato, no ranking dos 50 melhores países para se fazer negócio em todo o mundo.

Bolsonaro cita o trabalho de Ernesto Araújo como líder das Relações Internacionais brasileiras, onde o ministro irá extinguir o viés ideológico do Itamaraty, além de integrar o Brasil ao mundo, e aqui ele cita as negociações brasileiras para a inserção do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE.

O presidente também defende a reforma da OMC, com o intuito de eliminar práticas desleais no comércio internacional, bem como a melhoria na segurança jurídica nas trocas comerciais.

Bolsonaro finaliza o seu breve discurso em Davos reforçando o objetivo de aprofundar relações comerciais e laços de amizade com outros países, sem citar nenhum em específico. Ele salienta que o Brasil busca parceiros com tecnologia para a exploração de suas riquezas minerais, além de destacar a vasta biodiversidade do país.

Cerca de dois meses depois da viagem a Davos, Bolsonaro realizou sua primeira viagem internacional de caráter bilateral, encontrando-se com o presidente Donald Trump nos EUA. Essa decisão contrariou o discurso dado durante o período de transição do governo, quando foi dito que sua primeira viagem seria ao Chile.

De acordo com a BBC Brasil, o presidente foi o primeiro, depois de muito tempo, a abrir as visitas aos chefes de Estado com os Estados Unidos como destino, fato que não acontecia desde quando João Goulart assumiu a presidência, em 1962 (SHALDERS, 2019).

O encontro aconteceu no dia 19 de março e, de acordo com reportagem do UOL, algumas medidas foram positivas para as relações entre os dois países, apesar de não ser possível avaliar os impactos imediatos da reunião (MARCHAO, 2019). Trump declarou que apoia a entrada do Brasil na OCDE e como aliado extra na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mediante negociações que também devem favorecer o país norte americano. Para receber o apoio, o Brasil deveria abrir mão do tratamento diferenciado da OMC, recebido por países em desenvolvimento. O governo avalia que a entrada nestes blocos, com destaque para a OCDE, de caráter econômico, pode atrair investimentos ao país.

Outra questão, abordada no encontro, foi relacionada à crise humanitária na Venezuela. Os dois líderes defendem a saída de Nicolás Maduro do poder, mas não se referiram diretamente a uma suposta intervenção militar no país, mesmo deixando explícito que “todas as opções estão abertas” (MARCHAO, 2019). Ambos reforçaram o apoio ao autoproclamado presidente venezuelano Juan Guaidó, e preferiram não falar das medidas específicas para lidar com a crise, por se tratar de questões estratégicas.

Os dois líderes comemoraram a assinatura do acordo para uso, dos EUA, da base militar de Alcântara, no Maranhão. Os EUA poderão utilizar a base para lançamento de foguetes e satélites, mas o local ainda segue sendo comandado pelo governo brasileiro, desde que não interfira na tecnologia estadunidense, sendo apenas uma relação de uso comercial. A reportagem diz que o acordo, apesar de ser comemorado, não é inédito nas negociações entre os países.

O uso comercial pelos EUA da base em Alcântara passou por negociações no início dos anos 2000, mas elas não prosperaram. Em 2013, as tratativas

foram retomadas, mas somente agora tiveram avanços significativos (MARCHAO, 2019).

O presidente Bolsonaro ainda critica o Foro de São Paulo, uma organização criada por movimentos políticos de esquerda, em 1990, com o objetivo de unir os movimentos ideologicamente semelhantes da América Latina. Bolsonaro afirmou que, graças às vias democráticas, foi possível conter o avanço do socialismo, ou até mesmo do comunismo, que ameaçava a democracia brasileira.

Com relação à parceria com a China, Bolsonaro destacou que deve apenas diversificar os parceiros, sem excluir os já existentes. Mas o ministro da economia, Paulo Guedes, criticou a dependência brasileira nesta relação. Vale lembrar que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, enquanto os EUA ocupam a segunda posição.

A segunda viagem internacional de Jair Bolsonaro foi ao Chile, onde ele chegou no dia 21 de março. Seu encontro com o presidente Sebastián Piñera, um político de centro-direita, foi visto por parlamentares chilenos, de acordo com a BBC Brasil, como um importante sinal de aproximação entre os dois países (CARMO, 2019).

Bolsonaro participou do movimento de discussão sobre o organismo conhecido como Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), que deve substituir a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), esta criada com o apoio de governos considerados de esquerda, como o do ex-presidente Lula.

Em declaração conjunta, divulgada no site do Itamaraty (BRASÍLIA, 2019), os presidentes do Brasil e Chile destacam a proposta de união entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul, com o objetivo de fortalecer a integração entre os blocos. Os países também registram o compromisso de impulsionar as melhorias na integração econômica destes órgãos.

Os presidentes ainda concordaram em estabelecer um plano de trabalho para os Ministérios das Relações Exteriores de ambos países, com o objetivo de estreitar suas relações, bem como promover o crescimento bilateral.

A oposição de Piñera é maioria no Congresso chileno, e grande parte destes integrantes foram contra a visita de Bolsonaro ao país, fato que se deu, principalmente, por conta dos discursos do presidente brasileiro que elogiavam o ditador Augusto Pinochet, que governou o Chile desde 1973 a 1990.

Em sua terceira viagem internacional, entre os dias 31 de março e 3 de abril, Jair Bolsonaro visitou Israel a convite do seu primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. De acordo com o El País, Bolsonaro teve sua visita marcada por uma série de elogios dirigidos ao Estado judaico e gafes com relação à classificação ideológica do movimento nazista (BAEZA, 2019).

Em Jerusalém, em encontro com empresários organizado pela APEX, o Brasil reforçou o seu compromisso de estabelecer laços comerciais e de amizade com Israel. E Netanyahu declarou apoio ao país, principalmente no que se refere à exportação de tecnologia.

Em nota divulgada no site do Itamaraty (BRASÍLIA, 2019), o governo comemora o apoio de Israel ao ingresso do Brasil na OCDE, entendendo que a parceria entre os países está baseada em valores comuns e no desenvolvimento de seus povos. Mas, além da cooperação oferecida por Israel, Bolsonaro afirma que o Brasil também tem muito a oferecer, destacando o apoio na exploração de riquezas naturais brasileiras, como o nióbio e o grafeno, garantindo uma movimentação financeira na casa dos trilhões de dólares para a próxima década.

Com relação aos acordos estabelecidos, houve a assinatura do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, com a ideia de promover os avanços bilaterais e lançamento de novas iniciativas nesta área. Também foi prestigiada a assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, que visa o estabelecimento de uma união para possibilitar o avanço conjunto em iniciativas

militares, quando necessário. Outras áreas, como a de aviação civil e investimentos, também foram discutidas ao longo do encontro, mas com poucas medidas práticas sendo tomadas.

Em seu último compromisso oficial em Israel, Bolsonaro anunciou a criação de um escritório de negócios em Jerusalém. A medida foi tomada já que, durante a sua campanha, o presidente prometeu o estabelecimento de uma embaixada neste local, mas a medida contrariava os ideais árabes, que também possuem relações comerciais com o Brasil, e essa medida poderia enfraquecer os laços e prejudicar a economia brasileira. Portanto, o escritório apareceu como uma opção de atender tanto os interesses de Israel, quanto de suavizar as relações com outros países, enviando a mensagem de que o Brasil está aberto a negociações.

De acordo com o El País (BAEZA, 2019), Bolsonaro se tornou o primeiro chefe de Estado a visitar o Muro das Lamentações, em Jerusalém Oriental, acompanhado do primeiro-ministro israelense. Um gesto considerado significativo para a confirmação do alinhamento ideológico entre os líderes, já que pode representar o reconhecimento de Jerusalém oriental como um território sob a soberania de Israel.

Dias antes do encontro, o ministro das relações exteriores no Brasil, Ernesto Araújo, declarou que o nazismo era um movimento de esquerda. De acordo com a Agência Reuters (2019), quando perguntado sobre o tema, durante a sua ida ao Museu do Holocausto, em Israel, Bolsonaro confirmou a ideia e diz que, por estar inserido em um partido socialista, não havia dúvida de que era, de fato, um movimento de esquerda. Mas, de acordo com reportagem do El País (BAEZA, 2019), o próprio site do museu em que Bolsonaro estava, afirma que o nazismo foi proposto por grupos radicais de direita.

3.3. Balanço da política externa nos primeiros 100 dias de governo

Nos primeiros 100 dias de governo, foi possível notar que o presidente Jair Bolsonaro adotou uma política diferente daquela divulgada durante a campanha, suavizando o tom do seu discurso, e voltando atrás diante de algumas decisões consideradas polêmicas (TERRA, 2019). Mas, ainda assim, a essência da política externa segue os parâmetros estabelecidos, com um discurso conservador e de novas diretrizes para o MRE.

Em dados coletados pela EBC (VILELA, 2019), Bolsonaro diz que cerca de 95% das metas, estabelecidas para os primeiros 100 dias de governo, foram cumpridas, enquanto algumas ainda estavam em andamento, após este período. Medidas como a Reforma da Previdência e a flexibilização da posse de armas eram destaques do governo, e diversos setores, como o próprio mercado internacional, esperavam resultados positivos nestas questões.

A ação 23, citada anteriormente, que se refere à redução tarifária do Mercosul, ainda estava em fase de andamento, uma vez que essa medida depende de negociações com os outros países integrantes do bloco e, por esse motivo, não havia saído do papel.

Com relação à ação 13, referente ao plano de privatizações, o governo concluiu o processo de leilão de 23 portos, ferrovias e aeroportos, gerando cerca de R\$ 7 bilhões através de concessões.

A EBC (VILELA, 2019) também descreve as viagens internacionais do presidente, destacando a sua atuação em Davos onde é discutida a abertura do país para investimentos estrangeiros. Outro ponto importante foi com relação à viagem do presidente para Israel, que causou tensões com países islâmicos, importantes parceiros comerciais do Brasil no agronegócio. Para conter essa crise, o presidente realizou um jantar, no dia 10 de abril, com embaixadores destes países na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A EBC (VILELA, 2019) cita uma importante medida anunciada pelo presidente, durante a sua viagem aos EUA, com relação ao turismo, que é a isenção

de vistos de entrada no Brasil, e essa isenção inclui países como o Canadá, Austrália e Japão além, é claro, dos EUA. Essa medida tem como objetivo atrair a vinda de turistas para o país, afetando positivamente a economia brasileira.

No Chile, a EBC (VILELA, 2019) cita medidas importantes do presidente, como os acordos de cooperação comercial, o lançamento do Prosul e a participação na Cúpula Presidencial de Integração Sul-Americana.

De acordo com o site de notícias Terra (2019), apesar de pouco explorada durante a campanha eleitoral, a agenda externa do governo Bolsonaro prevaleceu sobre a interna durante os primeiros 100 dias de governo.

Sem depender da articulação política nem de aprovações legislativas, a agenda externa acabou ganhando destaque no primeiro trimestre de seu mandato, já que decisões diplomáticas cabem praticamente apenas do presidente - as chamadas "canetadas" (TERRA, 2019).

O veículo destacou a surpresa por conta da quantidade de notícias, viagens e outras questões relacionadas à política externa, incluindo, por exemplo, as críticas feitas na internet pelo seu primeiro discurso internacional, no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

A reportagem destaca a diplomacia brasileira, durante este período, como uma diplomacia ideológica, baseada nas visões do próprio presidente, do seu guru Olavo de Carvalho e do ministro Ernesto Araújo.

Outra preocupação é com relação às mudanças propostas ao Itamaraty. O presidente destacou a pretensão de trocar uma quantidade considerável de embaixadores brasileiros, ignorando as recomendações e tradições estabelecidas no MRE.

Mas, apesar de estar ideologicamente aparelhado, o governo apresentou algumas divergências de opiniões sobre determinados temas. A crise na Venezuela

e o comércio com a China são exemplos deste caso. No que se refere à crise venezuelana, Bolsonaro já havia demonstrado o interesse em agir envolvendo uma ação militar, por exemplo, o que contraria as ideias do vice-presidente Hamilton Mourão e até mesmo das Forças Armadas.

E, com relação ao comércio com a China, o discurso foi suavizado após a sua posse, entendendo que este é o maior e mais importante parceiro comercial brasileiro, e um rompimento de relações poderia gerar consequências excessivamente prejudiciais ao Brasil.

A reportagem do Terra (2019) concluiu que a política externa do governo segue os parâmetros estabelecidos, com leves alterações no discurso quando necessário, entendendo que suas medidas podem ser revistas quando comprometem o país.

Ao fim de três meses de governo, a certeza que fica é que Bolsonaro não abrirá mão de decisões polêmicas nem de declarações bombásticas; que o presidente, apesar de criticar os governos anteriores pela ideologia diplomática, também se guiará baseado em suas próprias concepções; mas que, alertado das consequências, Bolsonaro não se intimida em recuar ou modificar as estratégias internacionais (TERRA, 2019).

Em seu discurso, durante a solenidade alusiva aos 100 dias de governo (BRASÍLIA, 2019), que ocorreu no dia 11 de abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro começa destacando a importância do Brasil para o mundo, como o quinto maior produtor. O presidente comentou sobre o documento produzido com as 35 metas para este período e declara que muitas outras estão sendo produzidas, entendendo, na prática, as necessidades do país.

O discurso versa sobre a execução da diplomacia brasileira sem amarras ideológicas, destacando as parcerias com Chile, Israel e EUA, e a relevância de suas viagens internacionais para estes países. Bolsonaro entende que estas

parcerias servem para inserir o Brasil no seu lugar, que deve ser de destaque em âmbito internacional.

Ainda sobre as visitas internacionais, Bolsonaro prometeu outras viagens ao longo do segundo semestre, como para os países árabes do Oriente Médio e à China, entendendo que estes são importantes parceiros comerciais do Brasil.

Por fim, Bolsonaro destaca a esperança de melhores relações para o Brasil e a ideia de que as práticas internacionais brasileiras serão aprimoradas, em busca de uma forma positiva de governar o Estado. O discurso do presidente foi breve, com poucas citações específicas, mas trouxe um panorama de tudo o que foi feito até o dia 10 de abril de 2019, período em que o governo completou os seus primeiros 100 dias de mandato.

A oposição do governo também realizou um balanço dos primeiros 100 dias de mandato. O Observatório da Democracia (2019), um movimento formado por sete fundações partidárias (PPL, PSOL, PSB, PDT, PCdoB, PROS e PT), é um grupo que tem como compromisso a defesa da soberania e democracia do país. Ele foi criado com o objetivo de analisar o campo político atual, e assim o fez, em um relatório, divulgado no site oficial, sobre a política do governo Bolsonaro até o dia 10 de abril de 2019.

O relatório em questão começa com a explicação sobre a importância emblemática dos primeiros 100 dias de governo, entendendo esta data como um período em que o governo precisa apresentar um plano concreto com metas cumpridas de forma prática, ou ao menos em andamento.

Portanto, o documento analisa as principais medidas implementadas neste período no governo Bolsonaro, e começa citando o documento com as 35 metas propostas, e relata a ousadia do governo por conta do grande número de ações propostas. Além disso, também é comentada a nova forma de se divulgar e apresentar os resultados deste período, já que Bolsonaro faz uso constante das redes sociais para anunciar algumas ações do governo.

O Observatório da Democracia (2019) condena a Medida Provisória (MPV) 870, referente à interferência do governo, por meio da Secretaria de Governo da Presidência da República, sobre organismos internacionais e organizações não governamentais (ONGs). De acordo com o relatório, essa medida é considerada inconstitucional, já que viola o artigo 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal que, de forma resumida, proíbe a interferência do Estado nestas questões.

As ações do governo, propostas no plano de 35 metas, são consideradas irrelevantes e genéricas, de acordo com o Observatório (2019). A ação 9, citada anteriormente e referente ao processo de inserção brasileira na economia internacional, pode até ser considerada relevante, mas com um planejamento excessivamente genérico, sem pontos objetivos para a sua conclusão.

O relatório descreve a política externa do governo Bolsonaro como nefasta, referindo-se ao ministro Ernesto Araújo como “vergonhoso chanceler brasileiro” (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2019), além de criticar o envolvimento de familiares do presidente Bolsonaro nas relações internacionais, mas sem citar qualquer personagem.

Uma preocupação destacada pelo Observatório é referente às relações do atual governo com o mercado chinês. De acordo com o relatório, este mercado trouxe, no ano de 2018, um saldo positivo para o Brasil, de aproximadamente US\$ 29,5 bilhões. E as exportações brasileiras, para a China, corresponderam a 26,8% do total de produtos brasileiros, o que torna este país o maior parceiro comercial do Brasil (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2019).

Mas, com relação aos EUA, tão elogiado por Bolsonaro, a relação apresentou um déficit de US\$ 193,7 milhões, enquanto que as exportações brasileiras para o país representam cerca de 12% do total (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2019). Com estes dados, o relatório questiona o lema “Brasil acima de tudo”, proposto por Bolsonaro, já que o governo estabelece uma relação de subserviência com países que não apresentam resultados positivos, e acaba enfraquecendo os

laços com seus principais parceiros comerciais, além de ameaçar a manutenção desta ordem com seus discursos polêmicos.

Além dos dois principais parceiros comerciais, as relações com outros países também foram afetadas. O relatório destaca que o Brasil segue rejeitando o Irã, que está sob sanção dos EUA, mesmo que este país tenha gerado um saldo positivo de US\$ 2,2 bilhões para o mercado brasileiro (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2019).

Mas, ainda no Oriente Médio, o governo celebra relações com Israel que, até então, não possui afinidade significativa para o mercado ou para a política brasileira. Ainda sobre este país, outro ponto que preocupa a oposição é o discurso de Bolsonaro com relação à embaixada, já que, em governos anteriores, o posicionamento brasileiro sempre foi o de não-intervenção, entendendo que a fixação na capital deveria depender de um acordo feito exclusivamente entre Israel e Palestina, levando em consideração a teoria de coexistência dos dois Estados.

Bolsonaro não estabeleceu a mudança da embaixada de Israel, mas implementou um escritório de negócios em Jerusalém, e até esta decisão foi considerada como inadequada pela oposição, por se tratar de um movimento exclusivamente ideológico. De acordo com o relatório, o Brasil está se envolvendo em uma briga que não o compete, além de colocar em risco a sua relação com os países árabes, que gerou um superávit de US\$ 3,7 bilhões para o Brasil (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2019).

Com relação ao Mercosul, o relatório critica a posição do governo de questionar o bloco, já que ele traz um superávit de US\$ 3,6 bilhões para o Brasil, sem levar em consideração o mercado argentino que, sozinho, mantém o saldo positivo para o Brasil, com cerca de US\$ 3,9 bilhões, ocupando a posição de terceiro maior parceiro comercial (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2019).

Ainda sobre o Mercosul, o documento relata que, apesar da ação 23, que prometeu a redução tarifária para o bloco, o governo ainda o enfraquece. E, como exemplo disso, é destacado o fato de que foi estabelecida uma cota para a

importação de 750 mil toneladas de trigo estadunidense, sem a alíquota de 10%. Sendo assim, essa medida pode desequilibrar o comércio brasileiro com a Argentina, que exporta o produto para o Brasil.

Outro problema relatado diz respeito ao desconforto produzido quando o Brasil se retirou do Pacto Global sobre Migração, aprovado pela ONU e apoiado por 152 países. O acordo não foi aprovado apenas pela Hungria, República Tcheca, Israel, Polônia e EUA. Ainda assim é possível destacar a grande quantidade de brasileiros vivendo fora do país de origem, cerca de 1,6 milhões.

A crise na Venezuela também é vista com certa preocupação pela oposição. No documento, eles criticam a proposta de uso da força militar pelo governo, além de demonstrarem preocupação no estabelecimento de uma base militar estadunidense em solo brasileiro, referindo-se à base de lançamentos aeroespaciais de Alcântara, no Maranhão.

Em uma análise crítica, ao final do relatório, o Observatório da Democracia (2019) conclui que os primeiros 100 dias de governo foram desanimadores até mesmo para a sua base aliada, definindo o presidente como uma pessoa com pouca capacidade de compreender o mundo, as pessoas e o próprio país. Por fim, o documento questiona a política de Bolsonaro, referindo-se à sua postura incompatível com o cargo exercido, exemplificando com os discursos sobre nazismo, citados anteriormente, em sua passagem por Israel.

Todas as medidas citadas, afirmadas pelo governo, apontadas pela mídia e criticadas pela oposição, foram executadas durante os primeiros 100 dias de governo, que se encerraram no dia 10 de abril de 2019. Algumas medidas ainda estavam em andamento enquanto outras haviam sido, de fato, concluídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não ser destaque dos planos de governo desde 2002, como foi possível analisar, a política externa é um artifício importante para a execução da agenda de governo, principalmente em um mundo com caráter globalista. As relações internacionais são executadas há muitos anos, mesmo que o conceito atual seja relativamente recente. Os países exercem um papel fundamental nas relações de trocas de produtos e estabelecimento de laços de amizade, entendendo que um contribui no desenvolvimento do outro e, assim, os países se desenvolvem juntos, ao menos na teoria.

Entendendo a importância deste conceito, o Brasil aplicou a teoria das relações internacionais buscando apoio de outros países para conseguir a sua independência, por exemplo. O problema é que, por vezes, estas relações foram estabelecidas com base na exploração da economia brasileira, seja através das altas taxas impostas ao Brasil pela Inglaterra, logo após a independência, ou pela influência direta de grandes potências, como os EUA, na política do país, como no período da ditadura militar brasileira (1964 - 1985), por exemplo.

Para entender se houve mudança na política externa brasileira, como proposto por Bolsonaro, o capítulo 2 trouxe uma análise sobre os últimos planos de governo dos presidentes eleitos desde 2002, incluindo o presidente Michel Temer, que exerceu o cargo após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Em linhas gerais, o conceito segue o mesmo, com poucas oscilações ao longo dos anos. Foi possível destacar que Bolsonaro não produz um efeito inédito na governança do país, mas retoma conceitos produzidos em governos anteriores, de forma renovada, como a intenção de desenvolver o comércio externo, e propostas semelhantes às de governos da ditadura militar ou anteriores, que seguiam um alinhamento ideológico com os EUA.

Levando em consideração o principal questionamento do trabalho, referente à possibilidade de existir uma nova forma de se realizar a política externa, foi possível notar que a ideia de libertar o Itamaraty das amarras ideológicas se torna contraditória, uma vez que as primeiras viagens presidenciais mostraram o contrário. O presidente não seguiu a tradição de ter a Argentina, terceiro maior parceiro comercial do Brasil, como destino em sua primeira viagem internacional. Esse fato, apesar de simbólico, demonstra o interesse em estabelecer relações de caráter ideológico antes mesmo de se analisar o processo econômico, considerando que o Chile, destino da segunda viagem presidencial, não possui a mesma relevância econômica, para o Brasil, como a Argentina, por exemplo.

O plano de política externa do governo Bolsonaro agitou os ânimos do mercado internacional, com um discurso de apoio às privatizações, e consequentemente a diminuição do Estado, o presidente surgiu como a esperança no combate à crise econômica enfrentada pelo país e como uma alternativa aos governos petistas, que estavam no poder desde 2002. Mas, logo nos primeiros meses de governo, o seu discurso mudou parcialmente. Entendendo que os extremismos poderiam prejudicar a evolução do mercado brasileiro, Bolsonaro adotou uma política que, por vezes, apresentou recuos e revisões nos termos previstos.

Ainda assim, foi possível notar que a essência do governo se manteve, com um discurso voltado para o conservadorismo e preservação destes valores, Bolsonaro se aliou a chefes de Estado com um pensamento semelhante ao seu, criando alianças e projetando grandes aproximações bilaterais, como no caso dos EUA e de Israel.

Talvez um dos maiores problemas, nas relações internacionais, seja exatamente este tipo de aproximação que o presidente brasileiro faz, valorizando a figura do político mais do que a relação com o país, de fato. Nos EUA, por exemplo, vão ocorrer eleições presidenciais em 2020 e, apesar das apostas, este cenário é incerto para declarar uma vitória do candidato à reeleição, Donald Trump. Dessa

forma, Bolsonaro corre o risco de ter algumas negociações invalidadas, caso a sua aposta no candidato não seja confirmada. E esta aposta está evidente, sendo necessário mencionar o momento em que Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, em uma entrevista nos EUA, apareceu com um boné de apoio ao Trump para as próximas eleições.

Ainda com o questionamento sobre um possível ponto de inflexão na política externa brasileira, o entendimento é que não há, até o momento desta análise, indícios de uma mudança brusca e inédita no cenário econômico, com relação à forma de se estabelecer relações comerciais com outros países. A principal inflexão acontece, dentro da política externa, com relação ao viés ideológico adotado, o que faz com que o ponto de inflexão seja analisado por duas vertentes, que partem para sentidos diferentes. O MRE, com aval do presidente, segue uma política diferente dos governos petistas em alguns aspectos mas, se analisarmos a história das relações internacionais brasileiras, é possível notar que este método já foi aplicado, em maior ou menor escala, em algum momento da história do país.

Portanto, a política externa brasileira segue rumos que, a depender do método de comparação, podem ser considerados como novos ou não. Os recuos do governo indicam que o tradicionalismo prevalece em alguns aspectos, entendendo que o Brasil, enquanto país em desenvolvimento, não deve avançar de forma irresponsável, uma vez que o multilateralismo é uma das melhores opções para a economia do país. Sendo assim, a política externa deve ser baseada em métodos bem estruturados para o estabelecimento de relações imparciais com os países, independente de ideologia política, por exemplo, entendendo que diferentes Estados podem contribuir com o avanço da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luciana; MARCHAO, Talita; LEITE, Marcela. **Bolsonaro não descarta apoiar possível intervenção dos EUA na Venezuela**. 2019. Elaborado por UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/03/19/brasil-fara-com-eua-o-possivel-contraditadura-na-venezuela-diz-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 12 out. 2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. O futuro dos argentinos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 1-2. jul. 1888.

BAEZA, Lourdes. **Bolsonaro se despede de Israel com promessas econômicas e gafe sobre nazismo**. 2019. Elaborado por El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/02/internacional/1554216611_825972.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. . **Declaração Conjunta Presidencial e Plano de Trabalho por ocasião da Visita Oficial à República do Chile de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20204-declaracao-conjunta-presidencial-e-plano-de-trabalho-por-ocasio-da-visita-oficial-a-republica-do-chile-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-bolsonaro-santiago-23-de-marco-de-2019>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. . **Visita oficial a Israel do presidente Jair Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/acontece-no-exterior/20237-visita-oficial-a-israel-do-presidente-jair-bolsonaro-31-de-marco-de-2019>>. Acesso em: 09 out. 2019.

BRASÍLIA. CASA CIVIL. . **Metas nacionais prioritárias: Agenda de 100 dias de governo**. 2019. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/100-dias-tabela-reformata-da-com-17.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. . **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores.** 2019. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASÍLIA. PALÁCIO DO PLANALTO. . **Discurso do presidente Jair Bolsonaro, durante a solenidade alusiva aos 100 dias de governo.** 2019. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-durante-a-solenidade-alusiva-aos-100-dias-de-governo-palacio-do-planalto-brasilia-df>>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASÍLIA. PALÁCIO DO PLANALTO. . **Onyx Lorenzoni apresenta balanço dos primeiros 100 dias de governo.** 2019. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/04/onyx-lorenzoni-apresenta-balanco-dos-primeiros-100-dias-de-governo>>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASÍLIA. PALÁCIO DO PLANALTO. . **Palavras do senhor porta-voz, general Rêgo Barros, durante a cerimônia alusiva aos 100 dias de Governo.** 2019.

Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/porta-voz/2019/palavras-do-senhor-porta-voz-general-rego-barros-durante-a-cerimonia-alusiva-aos-100-dias-de-governo>>. Acesso em: 05 out. 2019.

CARMO, Marcia. **Bolsonaro no Chile: como visita de presidente do Brasil está dividindo país.** 2019. Elaborado por BBC News Brasil. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47660500>>. Acesso em: 10 out. 2019.

COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO (Brasil) (Org.). **Lula presidente.** 2006.

Disponível em:

<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE (São Paulo) (Org.). **Um Brasil para todos**. 2002. Disponível em:
<<https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>>. Acesso em: 29 set. 2019.

COLIGAÇÃO PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO (Brasília) (Org.). **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. 2010. Disponível em:
<http://deputados-democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES (Brasil) (Org.). **Uma ponte para o futuro**. 2015. Disponível em:
<<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: Teoria e História**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARCHAO, Talita. **O que Brasil ganha com a viagem de Bolsonaro aos EUA?** 2019. Elaborada por UOL. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/03/20/o-que-o-brasil-ganha-com-a-viagem-de-bolsonaro-aos-eua.htm>>. Acesso em: 09 out. 2019.

OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA (Brasil). **Relatório sobre governo Bolsonaro: 100 dias**. 2019. Disponível em:
<<https://observatoriodademocracia.org.br/2019/04/10/relatorio-sobre-governo-bolsonaro-100-dias/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

O CAMINHO da prosperidade. 2018. Disponível em:
<https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

O DISCURSO de Jair Bolsonaro em Davos. [davos]: Vejapontocom, 2019. (6 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c6Vog8gX8OQ>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (Brasil) (Org.). **Mais mudanças, mais futuro.** 2014. Disponível em: <<https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2019.

REUTERS (Brasil). **Não há dúvida de que nazismo foi movimento de esquerda, diz Bolsonaro em Israel.** 2019. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN1RE1ZN-OBRDN>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SHALDERS, André. **Bolsonaro nos EUA: o que esperar do primeiro encontro do presidente brasileiro com Trump.** 2019. Elaborado por BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47621289>>. Acesso em: 11 out. 2019.

TERRA (Brasil). **Em 100 dias, Bolsonaro volta atenções para política externa.** 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/em-100-dias-bolsonaro-volta-atencoes-para-politica-externa,b281790d47cbc41c8cb39e85e2e72b05ty2j04pn.html>>. Acesso em: 08 out. 2019

UOL INTERNACIONAL (Brasil). **5 principais pontos do encontro entre Bolsonaro e Trump.** 2019. Desenvolvido por BBC News. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/03/19/5-principais-pontos-do-encontro-entre-bolsonaro-e-trum.htm>>. Acesso em: 12 out. 2019.

VIDIGAL, Carlos Eduardo et al. **História das relações internacionais do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2015.

VILELA, Pedro Rafael. **Em 100 dias, Bolsonaro faz balanço de metas cumpridas e em andamento.** 2019. Desenvolvida por Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/em-100-dias-bolsonaro-faz-balanco-de-metas-cumpridas-e-em-andamento>>. Acesso em: 05 out. 2019.

POSFÁCIO

Entendendo a relevância e atualidade do tema abordado, é importante destacar as possibilidades de continuidade para essa linha de pesquisa. Em primeiro lugar, é preciso destacar que, ainda durante o processo de análise, o governo estava em seu primeiro ano de mandato, o que significa que seus planos e metas eram de uma fase de desenvolvimento e alinhamento, tanto com o governo no geral quanto com a sociedade.

Outra questão relevante é entender que, por ser um assunto que envolve órgãos específicos, sempre há a ocorrência de diferentes atividades desenvolvidas para a política externa, independente da visibilidade que elas ganham na mídia. Sendo assim, o desenvolvimento de um novo projeto pode ser feito analisando o cenário como um todo, a exemplo desta monografia, ou analisando uma atividade específica e sua influência para o país, um exemplo disso seria o acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

Um ponto, que não foi abordado nesta monografia mas se faz relevante, seria o de analisar as tensões, geradas dentro do Itamaraty, que este novo governo trouxe para o MRE. Entendendo que muitos diplomatas, por exemplo, já vieram com ideais compatíveis com os governos anteriores, é importante analisar como o meio técnico sentiu essa alteração na forma de se realizar a política externa.

A repercussão da nova política externa brasileira também é uma questão relevante para análise. Entendendo que o Brasil é um país estratégico na América Latina, analisar como o mundo enxerga essa nova política nos traz uma forma de encarar a realidade de forma crítica e diferente da cultura brasileira, além de traçar um caminho que descreve o futuro das relações do Brasil com outros países.

Com o passar do tempo, faz-se necessário analisar a política externa do governo Bolsonaro para além dos primeiros 100 dias de gestão. Para isso, surge a oportunidade de trabalhar com os resultados concretos que foram gerados durante todo o tempo de governo, e não mais uma prévia do que foi feito e as propostas

apresentadas pelo candidato. Analisar este cenário exige um trabalho maior, que provavelmente não seja contemplado em uma única monografia, por exemplo, mas traz resultados sobre essa nova forma de se realizar a política externa e como o mundo reagiu neste cenário.

A reação de outros chefes de Estado é importante ser destacada pois, em maior ou menor escala, influenciam na continuidade dessa política. Como exemplo disso é possível destacar a atitude dos países árabes diante da decisão, do governo Bolsonaro, de mudar a embaixada brasileira em Israel. Todo este cenário implica em reações contrárias ou a favor da política externa brasileira, fazendo com que o governo apresente recuos, como no caso apresentado, ou dê continuidade nas políticas adotadas.

Após os primeiros 100 dias de governo, houve um intenso embate do governo brasileiro com outros países em diferentes questões. Com relação à Amazônia, por exemplo, o governo trouxe uma imagem contrária à preservação ambiental, pelo menos na perspectiva do governo francês, o que gerou um conflito de interesse com o então presidente da França, Emmanuel Macron. Um trabalho que venha analisar esse embate pode associar esta questão com acordos internacionais, e como eles podem ser prejudicados através dos discursos destes chefes de Estado. E aqui, mais uma vez, a atenção deve ser voltada para o acordo Mercosul - União Europeia, que depende dos dois países em questão.

A América do Sul também deve ser um ponto importante para futuras pesquisas, entendendo a relevância destes mercados para a economia brasileira, além da valorização dos países vizinhos. O Brasil adotou, em certa medida, um distanciamento dos maiores parceiros deste território, como com a Argentina, que é o terceiro maior parceiro comercial brasileiro. Além disso, houve uma mudança no tratamento de governos como o da Venezuela e Bolívia, devido ao viés ideológico adotado no país.

Essas tensões geram incertezas com relação à aproximação do Mercosul, o que pode afetar, em maior escala, até mesmo o acordo com a União Europeia ou

outros grandes blocos, já que o Brasil, sozinho, não estabelece um acordo de tamanha complexidade. Vale lembrar que estes exemplos são apenas prévias das possibilidades. Estudando de forma mais aprofundada estas relações, será possível identificar outros acordos que poderiam ser prejudicados com este distanciamento progressivo.

Apresentada a continuidade do cenário brasileiro nas relações internacionais, é possível entender que este trabalho não se encerra por aqui. A política externa de um país acontece a todo momento, acordos e negociações são estabelecidos todos os dias independente do nível de complexidade. Dessa forma, foram sugeridas, neste posfácio, possibilidades de continuidade da pesquisa, que pode seguir exatamente a linha abordada na monografia, ou até mesmo ramificações dos conceitos citados ao longo da mesma.

O desenvolvimento da política externa traz conteúdos não só para o estudo das relações internacionais, mas para a comunicação como um todo que, associada ao jornalismo, define uma informação de caráter público com pouca exploração nos meios tradicionais. Entender o mundo e suas relações, em um período de crescimento da globalização, é entender o futuro dos países e como se dá o desenvolvimento de todo o planeta. E, nessa linha, é possível identificar que nem todos os governantes seguem os mesmos ideais, alguns inclusive condenam o crescimento destas relações, que já são estabelecidas há muitos anos, seja para facilitar o comércio, como é o caso da OCDE, ou para evitar conflitos armados com outros países, como é o caso da criação da ONU logo após a Segunda Guerra Mundial.

O jornalismo se faz necessário, neste cenário específico, como uma ferramenta de informação, capaz de transformar termos técnicos e informações complexas em diálogos com a sociedade, exercendo a função de intermediário entre os governos e o povo, que tem a transparência das informações garantida por lei.